



RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

CURITIBA
abril /2008

RELATÓRIO OPERACIONAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Governo do Estado do Paraná

X

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Exercício de 2007

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Superintendente do PARANACIDADE

LUIZ FORTE NETTO

MEMBROS NATOS

Secretário de Estado da Fazenda

HERON ARZUA - Presidente

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

ENIO JOSÉ VERRI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES

MEMBROS EFETIVOS

Representante da Federação das Associações dos Municípios do Paraná

LUIZ ROBERTO PUGLIESI

Representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná

DARCI PIANA

Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil

JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO

Representante do Instituto de Engenharia do Paraná

ANTONIO BORGES DOS REIS

II - DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente

LUIZ FORTE NETTO

Superintendente Executiva

RAJINDRA KAUR SINGH

Diretor de Administração e Finanças

ANTONIO ALDEMIR TOLEDO DA SILVA

Diretora de Operações

MIRYAM KRACHYCHYN

III – CARTA DO SUPERINTENDENTE

Curitiba, abril de 2008.

Ao
**Conselho de Administração do
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.**
Nesta.

Senhores Conselheiros,

As atividades e ações desenvolvidas pelo PARANACIDADE, no exercício de 2007, foram estabelecidas no Plano de Ação Estratégica aprovado na 103ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2006.

Atendendo ao disposto na lei instituidora do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, apresentamos à consideração dos Senhores membros do Conselho de Administração, o Relatório Operacional do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2007.

Este Relatório de forma consolidada apresenta as ações e atividades do PARANACIDADE em 2007 e também, as Demonstrações Contábeis do exercício com suas peças complementares, além do parecer técnico emitido pela empresa de auditoria externa BDO TREVISAN – Auditores Independentes.

Atenciosamente,

Luiz Forte Netto
Superintendente do PARANACIDADE

IV - SUMÁRIO

I	COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----	03
II	COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA -----	03
III	CARTA DO SUPERINTENDENTE -----	04
IV	SUMÁRIO -----	05
V	APRESENTAÇÃO -----	06
VI	RELATÓRIO OPERACIONAL – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----	07
VII	RELATÓRIO OPERACIONAL– DIRETORIA DE OPERAÇÕES -----	32
VIII	ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS -----	56
	• Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE -----	58
	• Demonstrativos Orçamentários FDU -----	64
	• Demonstrativo Gerencial das Origens e Aplicações de Recursos -----	70
	• Demonstrações Contábeis -----	73
	• Auditoria Externa -----	98
IX	ANEXO -----	132

V - APRESENTAÇÃO

Neste Relatório passam a ser demonstradas as ações e atividades desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2007 atendendo as diretrizes expressas no Contrato de Gestão que a Entidade mantém com o Governo do Estado, além daquelas constantes no Plano de Ação Estratégica para o exercício e outras aprovadas pelo Conselho de Administração em suas reuniões ordinárias.

São agrupadas, neste Relatório, em blocos de informações distintas, aquelas ações e atividades que se referem às Diretorias de Administração e Finanças e de Operações e em destaque, todas as relativas aos aspectos contábeis e financeiros.

A Prestação de Contas Anual do PARANACIDADE, apresentada no Capítulo Aspectos Orçamentários, Contábeis e Financeiros é consubstanciada com parecer da empresa de auditoria externa BDO TREVISAN – Auditores Independentes.

VI - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Objetivo:

Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:

Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de novembro/ 2006 a outubro/2007. 	<ul style="list-style-type: none"> Da negociação realizada em novembro de 2007, não resultou em Acordo assinado, devido ao dissenso entre os empregados do PARANACIDADE, quanto ao reconhecimento da legitimidade do Sindicato. Para fins de correções nas distorções salariais ao longo do tempo e pela ocasião da implantação das atualizações e modificações do Plano de Cargos, Salários e Benefícios, a Administração da Entidade aprovou a aplicação de 10% para todas as faixas salariais, a partir de novembro/2007. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Banco de Dados, relativo a Recursos Humanos.

Ação:
Manutenção de Banco de Dados, informatizado sobre o quadro funcional do PARANACIDADE, visando atender às exigências legais e operacionais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção. 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção contínua. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Realização de Certame Seletivo Público.

Ação:
Selecionar candidatos aos cargos de provimento permanente do PARANACIDADE, de acordo com os critérios estabelecidos em norma específica e em dispositivo legal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Promover o Certame Seletivo Público para identificar profissionais qualificados e aptos a preencher vagas em aberto no PARANACIDADE, tanto na Sede quanto nos Escritórios Regionais. 	<p>Aprovada tanto pelo Governador do Estado, quanto pelo Conselho de Administração do PARANACIDADE, em dezembro de 2007, a realização de Certame Seletivo Público para preenchimento de 20 (vinte) vagas, sendo 17 (dezesete) na área técnica e 03 (três) na área administrativa.</p>	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise da demanda de atendimento dos Escritórios Regionais.

Ação:

Proporcionar condições aos escritórios regionais, a fim de adequá-los para o fiel cumprimento dos objetivos da entidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Instalação de Escritório Regional na cidade de Francisco Beltrão, para melhor atender aos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> O novo Escritório está subordinado ao Escritório Regional de Cascavel, até que os estudos para sua implantação formal sejam concluídos e aprovados pelo Conselho de Administração do PARANACIDADE. Finalizados os estudos, concluiu-se que não há demanda suficiente para justificar a criação, instalação e manutenção de um novo Escritório Regional, mantendo-se apenas uma extensão do Escritório Regional de Guarapuava na região. 			X
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:

Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de clientela para treinamento específico. • Possibilitar o treinamento demandado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Curso Rotinas Trabalhistas para Departamento Pessoal, 01 empregado. • Curso Como Prevenir, Enfrentar e Superar os Principais Problemas na Condução das Licitações e Pregões, 01 empregado. • Curso LDAP – Protocolo de Leve Acesso a Diretórios, 01 empregado. • Curso Repercussão do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, 02 empregados. • Curso Lei Geral de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 02 empregados. • Curso Patologia das Construções – Modulo I Introdução a Patologia das Construções, 02 empregados. • Curso Qualidade no Atendimento Telefônico, 01 empregado. 	X		
		X		
		X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:

Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> • Curso Engenharia de Avaliação Imobiliárias, 01 empregado. • Graduação Tecnologia em Produção de Multimídia, 01 empregado. • III Congresso Internacional de Direito Tributário, 02 empregados. • 8º Forum Internacional de Software Livre, 01 empregado. • Especialização em Processo Civil, 01 empregado. • Especialização em Direito Administrativo, 01 empregado. • Seminário de Avaliação das Experiências em Planos Diretores Participativos, 01 empregado. • IV Conferência Latino-Americana de Software Livre, 02 empregados. 	X	X	X

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Equipar a Sede e os Escritórios Regionais com móveis, equipamentos de escritório, veículos e instalações físicas compatíveis com as necessidades do PARANACIDADE.

Ação:

Implementar apólice de seguros dos bens e equipamentos da entidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Instituir apólices de seguro contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos do PARANACIDADE, tanto nos Escritórios Regionais quanto na Sede. 	<ul style="list-style-type: none"> Renovação das apólices de Seguro na Sede e em todos Escritórios Regionais. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Implantação e atualização de Normas de Gestão e de Procedimentos do PARANACIDADE.

Ação:

Instituir Normas de Gestão e/ou de Procedimentos com a finalidade de estabelecer ações uniformes em toda organização, sempre que o assunto assim o recomende.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Revisões e atualizações. 	<ul style="list-style-type: none"> Atividade contínua. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:
Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento, definição e implantação de estratégias de divulgação da empresa junto a organismos governamentais, levando-os a conhecer a experiência e o Know-how do PARANACIDADE para futuros acordos de cooperação técnica. 	<ul style="list-style-type: none"> Intercâmbio com o Governo do Chile visando ao desenvolvimento do modelo adotado pelo PARANACIDADE naquele País, no que tange aos financiamentos para a implantação de obras de infra-estrutura nos municípios. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação do arquivo técnico e documental, tanto do extinto FAMEPAR quanto do PARANACIDADE.

Ação:

Procedimentos relativos à guarda de toda documentação legal e técnica.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Seleção da documentação relativa ao extinto FAMEPAR, em cooperação com o Departamento Estadual de Arquivo Público, para arquivamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Transferência de documentação do ex-FAMEPAR ao Departamento Estadual de Arquivo Público. 			X
<ul style="list-style-type: none"> Arquivamento dos documentos relativos ao PARANACIDADE. 	<ul style="list-style-type: none"> Processo contínuo. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação à nova regulamentação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

Ação:

Identificar necessidades internas e externas da adequação do PARANACIDADE às diretrizes do Decreto Estadual nº 3736, de 10.11.97.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Alternativas decorrentes de alterações de legislação tributária estadual e municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> Em contínua atualização. 		X	
<ul style="list-style-type: none"> Alterações no regulamento do FDU. 	<ul style="list-style-type: none"> Decreto nº 1770/2007 	X		
<ul style="list-style-type: none"> Constituição de base real e atual de todos empréstimos e subempréstimos concedidos com recursos do FDU. 	<ul style="list-style-type: none"> Em contínua atualização. 		X	
<ul style="list-style-type: none"> Constituição de Sistema Gerencial Financeiro, baseado em Banco de Dados informatizado para acompanhamento e gerenciamento de contratos. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema em desenvolvimento permanente utilizando a mesma base de informações do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. Fase de desenvolvimento, teste e automatização de novas funções. Manutenção contínua. 		X X X	
<ul style="list-style-type: none"> SACE – Sistema de acompanhamento dos convênios especiais (PEOM). 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção contínua. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:

Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Análise, estudo e propostas de novas implementações físicas, lógicas e estratégicas na área de informática. 	<ul style="list-style-type: none"> Atualizações, adequações e ajustes de ação contínua nos Sistemas Integrados e de Controle de Informações do PARANACIDADE, bem como a implementação e desenvolvimento de novos sistemas ou de novas rotinas, na medida em que forem necessárias. Implantação da Intranet do PARANACIDADE, visando o compartilhamento de informações de interesse e relevância. <ul style="list-style-type: none"> Instalados os módulos de: agenda corporativa, agenda de recursos, servidor de correio eletrônico com tecnologia IMAP, catalogo eletrônico de contatos. Ainda restam os módulos que necessitam de contratação de programadores externos, processo em andamento. 		X	
		X		X

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:

Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Análise, estudo e propostas de novas implementações físicas, lógicas e estratégicas na área de informática. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantar Sistema de Informação Integrado para Gestão (ERP), contemplando o fornecimento dos Subsistemas e Programas integrantes da Solução (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças Contabilidade e Relatórios Gerenciais). Edital de licitação em andamento para adquirir o referido sistema. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:

Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Edição de Agenda Anual para 2008 e de Calendário, com distribuição dirigida. 	<ul style="list-style-type: none"> Confecção de 5.500 Agendas e 4.500 Calendários, com distribuição em janeiro/fevereiro de 2008. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:

Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Página eletrônica para livre e fácil acesso de público interessado nas ações e atuações da empresa. • Desenvolvimento de um novo layout para a página eletrônica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e atualizações contínuas. • Atividade parcialmente executada. Levantadas, as necessidades técnicas e encaminhadas à Diretoria de Administração e Finanças. 		X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:

Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Convênio, com entidades e/ou organizações nacionais e internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o PARANACIDADE, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e Município de Antonina, cujo objetivo é a execução das obras de infraestrutura, urbanização e revitalização em áreas urbanas do município, priorizando as que promovam a melhoria de qualidade de vida aos moradores e propiciem o desenvolvimento turístico do Município. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:

Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> • Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o PARANACIDADE, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e Município de Matinhos, cujo objetivo é a execução das obras de recuperação do trecho da orla paranaense situado entre a Praia Brava e o Balneário de Riviera, no Município de Matinhos, compreendendo: canais de desemboque na Praia Brava e do Rio Matinhos, recuperação da orla com material arenoso, execução de esporões, contemplando a urbanização destes, recuperação do sistema viário e urbanização. • Termo de Cooperação nº 001/07, celebrado entre a SEDU e o PARANACIDADE para a implementação de planos, projetos e atividades, voltadas ao desenvolvimento urbano e regional dos municípios paranaenses. 	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:

Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o PARANACIDADE, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e os Municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, cujo objetivo é a implantação da recuperação e regularização do fluxo dos canais e rios dos Municípios de Matinhos e Pontal do Paraná para promover a melhoria da balneabilidade das praias dos referidos Municípios. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Auditagem, por empresas de auditoria externa, das demonstrações financeiras do PARANACIDADE.

Ação:

Andamento dos trabalhos da empresa de auditoria externa contratada, como aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Proceder à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007. 	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer conclusivo da auditoria, realizado pela BDO TREVISAM AUDITORES INDEPENDENTES, previsto para fevereiro de 2008. 		X	
<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da Auditoria relativa ao exercício de 2008. 	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão fevereiro de 2008. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Auditagem das ações e programas do PARANACIDADE.

Ação:

Acompanhamento e assessoria às ações de auditoria executadas pela auditoria interna, externa, do BID e do Tribunal de Contas do Estado.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e assessoria aos profissionais no exercício de auditorias técnicas, contábeis e financeiras, elaborando relatórios, demonstrativos e fornecendo informações necessárias ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos. 	<ul style="list-style-type: none"> Ações contínuas. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Elaborar o Planejamento Anual do PARANACIDADE.

Ação:
Estabelecer plano de metas, objetivos e respectivos orçamentos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Consolidação de metas e objetivos a alcançar no exercício, tanto na área administrativa - financeira como na operacional. Orçar receitas e despesas para atingir metas do programa de atividades e ações propostas. 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estratégica para 2008 e respectiva Proposta Orçamentária e Financeira, bem como a Revisão Orçamentária e Financeira, ambos, aprovado pelo Conselho de Administração em 17/12/2007. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Exercer a normatização, o controle e deliberar sobre as atividades e ações do PARANACIDADE. Supervisionar e coordenar as operações da Entidade.

Ação:

Efetivação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, bem como da Diretoria Executiva.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Realizar uma reunião ordinária a cada quatro meses do Conselho de Administração e extraordinárias, a qualquer tempo, quando julgado necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizadas 03 (três) reuniões Ordinárias do Conselho de Administração. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> Realizar reuniões mensais da Diretoria Executiva para análise, aprovações, acompanhamento das atividades e ações de cada Diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novas metas e objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizadas 09 (nove) reuniões ordinárias e 03 (três) extraordinárias, da Diretoria Executiva, em 2007. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Adequação da legislação do PARANACIDADE.

Ação:
Atualizar Lei de Criação, Estatuto Social e o Contrato de Gestão, em razão das alterações identificadas como necessárias para as atividades da empresa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Adequações na Lei de criação do PARANACIDADE para atendimento as solicitações dos órgãos fiscalizadores, bem como alterações no seu Estatuto, Regimento Interno do Conselho e no Plano de Cargos, Salários e Benefícios. 	<ul style="list-style-type: none"> Alterações no Estatuto aprovadas pelo Conselho de Administração, e homologadas pelo Sr. Governador do Estado, pendente apenas o seu registro no Cartório de Títulos e Documentos. Alterações no Regimento Interno do Conselho de Administração, aprovadas pelo mesmo e publicado no Diário Oficial do Estado em 03/04/2007, edição nº 7443. As alterações e adequações no Plano de Cargos, Salários e Benefícios, homologadas pelo Governador do Estado e aprovadas pelo Conselho de Administração em sua 106ª Reunião Ordinária de 17/12/2007. 	X	X	
<ul style="list-style-type: none"> Novo Contrato de Gestão a ser firmado com o Estado do Paraná, atendendo as novas diretrizes estabelecidas pela Lei 15.211/2006. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de estudos para elaboração de minuta. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Adequação da legislação do PARANACIDADE.

Ação:
Atender a normatizações advindas da Receita Federal em relação ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Atendimento a Instrução Normativa da Receita Federal nº 748, de 28/07/2007, especialmente o contido no seu art. 11, inciso XI. 	<ul style="list-style-type: none"> Inscrição do Fundo junto a Secretaria da Receita Federal, visando obter Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) próprio. Adquirido CNPJ sob nº: 08.964.930/0001-77. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

VII - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Objetivo:

Administrar recursos e fundos financeiros públicos, em especial o FDU, tudo em conformidade com a legislação pertinente.

Ação:

Implementação de atividades e serviços relacionados ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos Municípios, consoante diretrizes emanadas da SEDU e transferir recursos do FDU para a Agência de Fomento do Paraná S.A.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Capitalização da Agência de Fomento do Paraná, visando a continuidade de realização de empréstimos às municipalidades paranaenses. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de transferências financeiras para capitalização da Agência de Fomento do Paraná S.A., conforme demandas de financiamentos e disponibilidades financeiras do FDU. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio Técnico à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Ação:

Assessoria Técnica, cooperação e intercâmbio entre a SEDU e PARANACIDADE para a implementação de planos, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos municípios paranaenses.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Efetivar a execução do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2007, disponibilizando recursos financeiros, humanos, bem como, espaços físicos para a instalação das Coordenadorias de Regiões Metropolitanas. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantadas as Coordenadorias das Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá e Cascavel. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Saneamento.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos de saneamento em cidades com menos de 100 mil habitantes, em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. 	<ul style="list-style-type: none"> Em desenvolvimento obras de implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário e obras visando à eliminação de passivos ambientais, em municípios da área de concessão da SANEPAR. Continuidade no financiamento de intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional de agentes da administração indireta do Poder Executivo, a exemplo da SANEPAR. 	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Melhoria de Bairros Sub-Normais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos de Melhoria e Desfavelamento nos Bairros definidos como Sub-Normais, Reassentamento de Famílias de Baixa Renda e Relocação de Habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR. 	<ul style="list-style-type: none"> Em desenvolvimento projeto de Melhoria da Vila Zumbi dos Palmares, no Município de Colombo, e a Relocação de Famílias de Baixa Renda em Áreas de Risco no Município de Pitanga. Continuidade no financiamento de intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional de agentes da administração indireta do Poder Executivo, a exemplo da COHAPAR. 		X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Construção do Hospital Regional de Ponta Grossa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Obra em construção pela SEDU/PARANACIDADE, com recursos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Hospital contará com 150 leitos, sendo 30 UTIS e 01 Pronto-Socorro para atendimento a emergências clínicas, com área a ser construída em torno de 13,5 mil metros quadrados e prevê sua conclusão para setembro de 2008. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Quadras de Esportes.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos de Quadras de Esportes em Instituições Públicas de Ensino, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação – SEED. 	<ul style="list-style-type: none"> Em execução obras para construção de 180 Quadras de Esportes Cobertas em instituições públicas de ensino em diversos municípios do Estado. Conclusão das obras em 90% e as demais em fase final de construção. Realização de sondagem e levantamentos preliminares para 21 novas Quadras Desportivas Cobertas a serem licitadas. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos de Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde – SESA. 	<ul style="list-style-type: none"> Em execução obras para construção de Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança em diversos municípios do Estado, concluídos 45 e em andamento 18 Centros. Elaboração dos novos projetos executivos (arquitetônico e complementares) para os Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Criança e à Mulher. Realização de sondagem e levantamentos preliminares para novos Centros de Saúde Básicos de Atendimento Integral à Mulher e à Criança, a serem licitados. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Posto de Bombeiro Comunitário.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos de Posto de Bombeiro Comunitário, em parceria com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> Em execução obras para construção de Postos de Bombeiro Comunitário em diversos municípios do Estado. Concluídos 33 Postos e em execução 08. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Participação no desenvolvimento de programas e projetos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Implantação de Planos de Desenvolvimento Integrado (PDI), Planos de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI) e Planos Diretores Municipais, componentes da política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> Supervisionamento com base nos Procedimentos Operacionais e Base Conceitual Estratégica da implantação dos: <ol style="list-style-type: none"> Planos de Desenvolvimento Integrado, através do PDE, envolvendo todas as Secretarias Estaduais, promovendo a estruturação integrada das Grandes Aglomerações: Região Metropolitana de Curitiba, Região Funcional de Ponta Grossa, área de influência direta do Eixo Londrina-Maringá e a Região Polarizada por Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Litoral; Planos de Desenvolvimento Regional associados a promoção acelerada de Regiões Deprimidas, assim sendo as regiões do Centro, do Noroeste, do Norte Pioneiro e do Vale do Ribeira do Iguape; Planos de Desenvolvimento Regional Integrado associados a atuação dirigida a Regiões Especiais, assim sendo: Litoral e o Corredor do Rio Iguaçu. 		X	
			X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Participação no desenvolvimento de programas e projetos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Execução de Convênio celebrado para a realização de obras de recuperação de trecho da orla paranaense no Município de Matinhos (deposição de material arenoso e execução de esporões, recuperação do sistema viário e urbanização). 	<ul style="list-style-type: none"> Preparação dos processos licitatórios para os levantamentos hidrográficos – topografia, batimetria e sondagem geotécnica – visando subsidiar a elaboração do Projeto Básico de Recuperação da Orla Marítima de Matinhos. Preparação de processo licitatório para elaboração do Projeto Básico de Recuperação da Orla Marítima de Matinhos. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> Execução de Convênio celebrado para a realização de obras de infra-estrutura, urbanização e revitalização em áreas urbanas no Município de Antonina. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização do processo licitatório para obras de pavimentação asfáltica em Antonina. Preparação do processo licitatório para obras de recuperação da balaustrada na área de entorno da Baía de Antonina. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Assessoria Técnica no desenvolvimento de programas e projetos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Agenda 21 Estadual. 	<ul style="list-style-type: none"> Participação da SEDU/ PARANACIDADE como membro do Fórum Permanente da Agenda 21 do Paraná, nas coordenações executiva e temática. Organização, planejamento e execução em parceria com outros órgãos, o Primeiro Encontro Paranaense da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais – ocorrido em agosto de 2007. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> Prestação de serviços ao BID para auxiliar na montagem de projetos em municípios com mais de 100 mil habitantes, no Programa PROCIDADES. 	<ul style="list-style-type: none"> Atividades iniciadas. 		X	
<ul style="list-style-type: none"> Execução do Termo de Cooperação Técnica com o BRDE, visando a Operacionalização do Programa PROVIA (Programa de Intervenções Viárias). 	<ul style="list-style-type: none"> Realização dos seguintes serviços: a) definição de valores e equipamentos com os municípios, auxílio na preparação de proposta firme de financiamento a ser aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional; 			

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Assessoria Técnica no desenvolvimento de programas e projetos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> b) definição de características técnicas dos equipamentos, levantamento de preços de mercado e definição de quantidades para a licitação de registro de preços da Secretaria de Administração; c) solicitação de contrato de financiamento ao BRDE e emissão de autorização ao município para formalização de contrato com o fornecedor. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> • Execução do Termo de Cooperação Técnica com a Agência de Fomento do Paraná, visando a Operacionalização do Programa PROMAP (Programa de Máquinas para Prefeituras). 	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria com a Agência de Fomento do Paraná (AFP), visando à Operacionalização do PROMAP, com os municípios, realizadas as seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> a) auxílio na preparação de proposta firme de financiamento a ser aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional; b) definição de características dos equipamentos e quantidades para a licitação de registro de preços na Secretaria de Administração; 			

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Assessoria Técnica no desenvolvimento de programas e projetos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	c) solicitação de contrato de financiamento à AFP e emissão de autorização ao município para formalização de contrato com o fornecedor, acompanhando e fiscalizando a entrega do bem, para solicitação de pagamento junto à Agência de Fomento do Estado do Paraná.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:
Desenvolver a qualificação profissional dos técnicos municipais do Estado em parceria e linhas adotadas pela SEDU.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Estruturação, montagem e realização de cursos, seminários e reuniões técnicas para aperfeiçoamento dos recursos humanos das Prefeituras. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação/treinamento de servidores municipais e líderes públicos, no intuito de alcançar a qualificação na Gestão Municipal. Iniciado em outubro de 2006, o Curso Técnico em Gestão Pública Municipal, Pós – Médio, modalidade à distância – presencial/virtual, com carga horária de 960 horas, com duração de 24 meses, e certificação pela UFPR, chancelada pelo Ministério da Educação do Brasil. Cabe ressaltar que o curso citado atinge uma clientela responsável em grande parte pelo funcionamento da máquina pública municipal e que, por possuir apenas o nível médio de ensino não dispõe de ofertas de cursos de qualificação no sistema formal de ensino público ou privado. Destaca-se nessa ação a utilização da modalidade ensino a distância – presencial virtual, que em virtude da utilização de tele-salas (210 tele-salas no Paraná) possibilita o atendimento àqueles municípios de maior carência e menor IDHM. 	X		
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:
Supervisão e elaboração de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual N° 15.229, de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Ações referentes a planejamento urbano e regional, considerando as diretrizes e os instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU. 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de dados da matriz referente à existência de Planos Diretores e legislação específica vigentes nos 399 municípios do Estado do Paraná. Acompanhamento de execução, análises e emissão de Pareceres Técnicos sobre Planos Diretores executados pelos municípios, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria com recursos próprios, para efeito do enquadramento das exigências à Lei Estadual N° 15.229, de 25 de julho de 2006. Supervisão da execução dos Planos Diretores, PDM e PDUOS, financiados pelo Programa Paraná Urbano, sendo emitidos pareceres técnicos para cada procedimento licitatório e para cada uma das cinco etapas de cada plano. Relatório de Planos Diretores Municipais junto ao Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense – COLIT. 		X	
			X	
			X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:
Supervisão e elaboração de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual Nº 15.229, de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	<ul style="list-style-type: none"> Análise e emissão de parecer técnico sobre Planos Diretores de Municípios do Litoral do Estado do Paraná, considerando questões técnicas e legais. Supervisionada a elaboração de Planos Diretores Municipais, alcançando todos os municípios paranaenses que tomaram empréstimos do Programa Paraná Urbano. Organização do sistema permanente de planejamento urbano e regional na SEDU/PARANACIDADE. Implantação do Sistema de Informações Geográficas – SIGA, de forma centralizada, interligando-se com todas as prefeituras municipais, via Internet ou intranet, proporcionando transito das informações necessárias ao Plano de Desenvolvimento Urbano e Regional, com extraordinária velocidade e qualidade, de forma econômica. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:
Elaboração de Orto-Cartas Imagem, em escala 1:50.000, cobrindo todo o Estado do Paraná, obtidas através de imagens via satélite.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Ortocartas-Imagem em meio digital, Mapa de Uso e Ocupação do Solo, Relatório de Pré-Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Manancial de Abastecimento Público (BHMAP) e Atualização das Cartas Topográficas Planialtimétricas digitais do Mapeamento Sistemático na escala 1:50.000 do Estado do Paraná com suas áreas de divisa. 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço contratado em 01.03.05, com prazo de execução de 510 dias. No período foram elaborados os seguintes produtos: <ul style="list-style-type: none"> - 98 Imagens Brutas; - 325 arquivos Modelo Digital do Terreno (MDTs); - 235 Relatórios de Pontos de Carta; - 91 Relatórios de Pontos de Campo; - 284 Ortocartas-Imagem Preliminares; - 187 Ortocartas-Imagem Finais; - 220 Ortocartas-Imagem de Uso do Solo Preliminares; - 29 Ortocartas-Imagem de Uso do Solo Finais; e - 187 Atualizações Preliminares. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:
Desenvolvimento de metodologia própria visando à montagem de um Programa de Monitoramento de Indicadores Municipais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Quantificar as variações dos Índices de Carência Relativa (ICR) que compõe o IOSP (Índice de Oferta de Serviços Públicos) e o IEF (Índice de Esforço Fiscal), conforme metodologia prevista no Regulamento do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Resultados obtidos. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:
Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Atualização de manuais. 	<ul style="list-style-type: none"> Atualização de manuais relativos aos seguintes assuntos: Dívida Ativa; Taxas Municipais. 		X X	
<ul style="list-style-type: none"> Controle analítico de Editais e acompanhamento econômico e financeiro do Tributo Contribuição de Melhoria. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de planilha de forma a possibilitar o controle analítico de Editais e acompanhamento econômico e financeiro do Tributo Contribuição de Melhoria. 		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:
Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento das Associações de Municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> Em curso convênio com a Federação dos Municípios do Paraná – FEMUPAR com a finalidade de auxiliar na promoção do fortalecimento institucional das Associações de Municípios do Estado do Paraná e apoiar a execução da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional e do Programa Paraná Urbano. Aditado o prazo de vigência até Junho/2008. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:
Implantar ações específicas na área de transporte urbano, apoiadas com recursos do Fundo Japonês de Assistência e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Plano Operacional	Situação em 31/12/07	Metas:		
Original	e justificativas	A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e implantação de projeto técnico específico, para a área de Transporte Urbano, apoiado com recursos do Fundo Japonês de Assistência. 	<ul style="list-style-type: none"> Continuidade nas ações específicas na área de transporte urbano apoiadas com recursos do Fundo Japonês de Assistência e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O programa tem como objetivo preparar a execução de planos de transporte urbano sustentáveis em sete municípios: Apucarana, Araongas, Cambe, Ibiporã, Londrina, Guarapuava e Paranaguá. Contratados serviços de consultoria jurídica para auxiliar os municípios na implantação dos Planos de Transportes. 	X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio, Análise e Assistência Jurídica a Municípios.

Ação:

Assessorar, analisar e emitir pareceres em processos licitatórios, termos aditivos e demais questões que envolvam a concessão de empréstimos e/ou subempréstimos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> • Orientação e análise técnica jurídica nos processos licitatórios e termos aditivos de contratos de projetos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios - SFM, emitindo os respectivos pareceres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisados e emitidos 260 pareceres jurídicos aos processos licitatórios referentes a projetos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. • Registrada elaboração de 1.052 pareceres jurídicos no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do Programa – SAM. 	X		
<ul style="list-style-type: none"> • Prestar orientação às solicitações de esclarecimentos legais formuladas pelos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento a aproximadamente 1.440 consultas jurídicas por parte de municípios e empresas detentoras de contratos de serviços. 	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
<ul style="list-style-type: none"> Efetuar análise e aprovação de projetos realizados com recursos da renda líquida do Fundo, amparado em legislação. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de urbanização em Guaraqueçaba, concluída. Conclusão de escolas creches e diversos outros projetos. Transferência de recursos oriundos da renda líquida do Fundo, para construção e aquisição de equipamentos para 21 bibliotecas cidadãs. 	X	X	
<ul style="list-style-type: none"> Efetuar análise e aprovação de projetos/obras relativos às diversas áreas de investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Conclusão da etapa inicial de Macro Drenagem do Jardim Guarituba, em Piraquara Início da preparação do processo licitatório para Construção do CENTRO CULTURAL DENISE STOKLOS, com área de 4.726,71 m², no Município de Irati, com recursos da Secretaria de Estado da Cultura. 	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

VIII - ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

Os aspectos orçamentários, financeiros e contábeis do PARANACIDADE/FDU, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2007 estão adiante apresentados nos seguintes documentos:

I - Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

II - Demonstrativos Orçamentários FDU

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

III - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos PARANACIDADE

IV - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos FDU

V - Demonstrações Contábeis – do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, exceto item 06.

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultado;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos;
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Quadro de Resultados Econômico-Financeiros.

VI - Parecer da Auditoria Externa

Nota:

O PARANACIDADE nos termos do Contrato de Gestão firmado com o Estado do Paraná, disponibilizará, para conhecimento público, os seus balancetes, balanços e demais documentos comprobatórios da exatidão e do correto cumprimento de sua missão, compromissos e objetivos.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS
PARANACIDADE**

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO EXERCÍCIO 2007

ORÇADO x REALIZADO

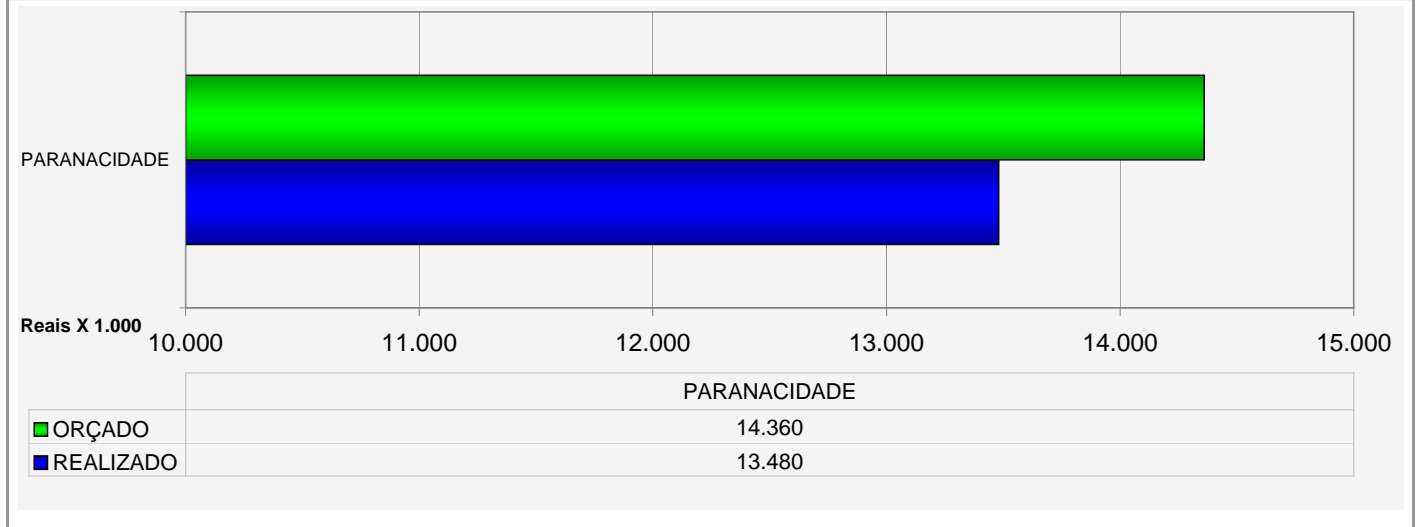
R\$ 1.00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
PARANACIDADE					
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	-	11.000.000	11.717.844	-717.844	106,53
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção do PARANACIDADE	-	2.226.000	537.252	1.688.748	24,14
- CONTRATO DE CONSULTORIA / BID - Procidades (**)	-	-	100.116	-100.116	100,00
- TERMO COOPERAÇÃO TÉCNICA / Agência de Fomento - PROMAP	-	201.000	199.491	1.509	99,25
- TERMO COOPERAÇÃO TÉCNICA / BRDE - PROVIAS	-	106.000	105.946	54	99,95
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	827.000	819.086	7.914	99,04
TOTAL		14.360.000	13.479.735	880.265	93,87

(*) Aprovado na 106ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade; e

(**) Valor não incluso na Proposta Orçamentária 2007.

ORÇADO x REALIZADO



DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2007	
	PARANACIDADE (MANUTENÇÃO)	PARANACIDADE (SESA / ISEP)
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	8.274.492	3.785.137
TOTAL	8.274.492	3.785.137

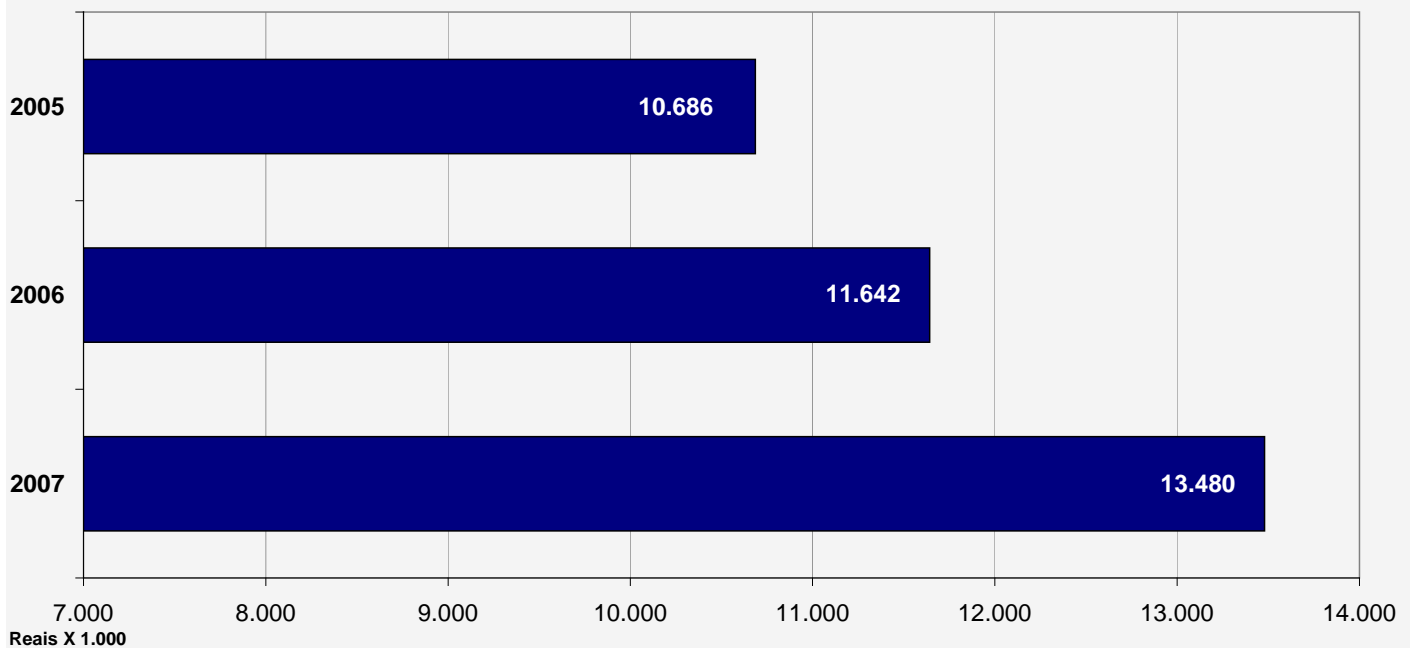
COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2005 - 2006 - 2007

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2005	2006	2007	VARIACÃO	
					%	
					2006 x 2005	2007 x 2006
PARANACIDADE						
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	-	7.995.887	5.551.807	11.717.844	-30,57	111,06
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção Paranacidade	-	1.161.556	5.181.264	537.252	346,06	-89,63
- COOPERAÇÕES TÉCNICAS / AFPR (Promap) e BRDE (Provias)	-	-	-	305.437	-	100,00
- CONTRATO DE CONSULTORIA / BID - Procidades	-	-	-	100.116	-	100,00
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	1.528.541	909.257	819.086	-40,51	-9,92
TOTAL		10.685.984	11.642.328	13.479.735	8,95	15,78

Total de Entradas de Recursos: 2005 x 2006 x 2007



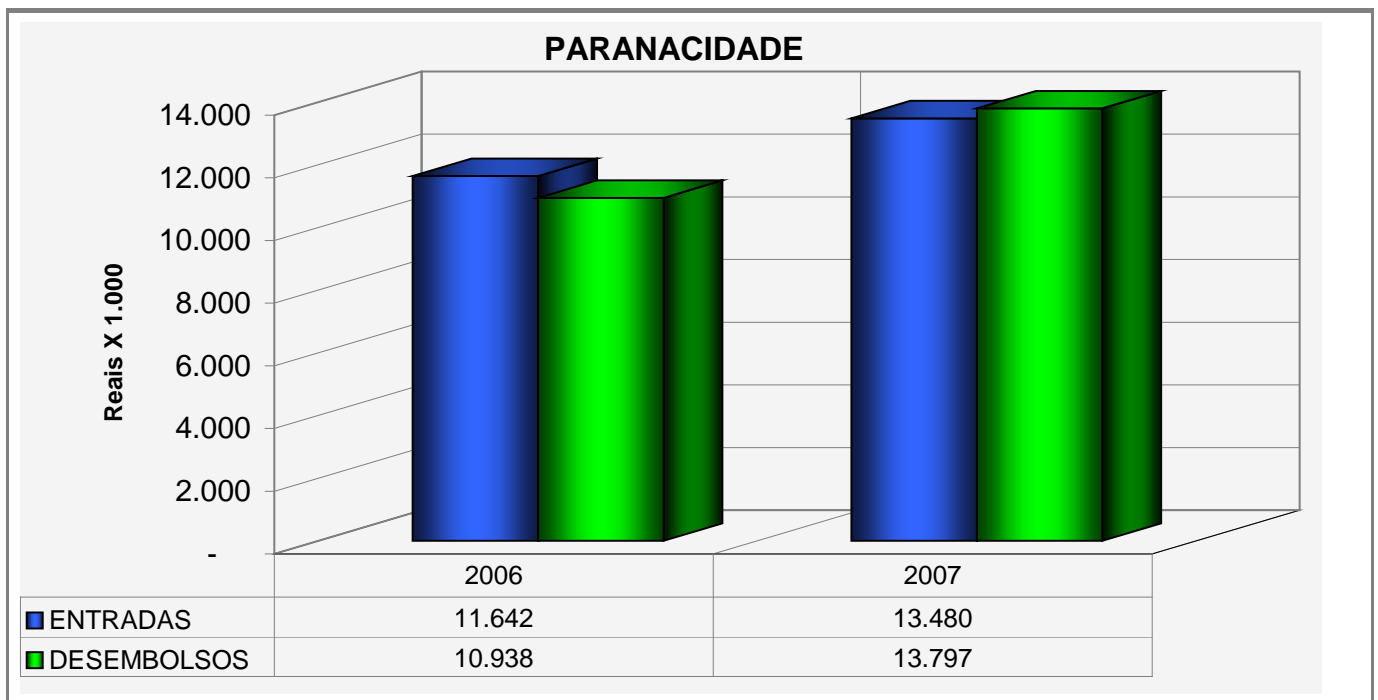
Evolução das Entradas de Recursos: 2006 x 2005 = 8,95%
2007 x 2006 = 15,78%

**COMPARATIVO ENTRADAS DE RECURSOS X DESEMBOLSOS
REALIZADOS em 2006 e 2007**

R\$ 1.00

DESCRIÇÃO	PARANACIDADE		VARIÇÃO % (2007 x 2006)
	2006	2007	
ENTRADAS	11.642.328	13.479.735	15,78
DESEMBOLSOS	10.937.765	13.796.776	26,14
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	704.563	(a) -317.042	-145,00

(a) Coberto com parte do capital de giro acumulado (recursos em contas bancárias).



DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2006	31/12/2007
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS (MANUTENÇÃO + SESA/ISEP)		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	16.929.784	12.059.629
TOTAL	16.929.784	12.059.629

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2007

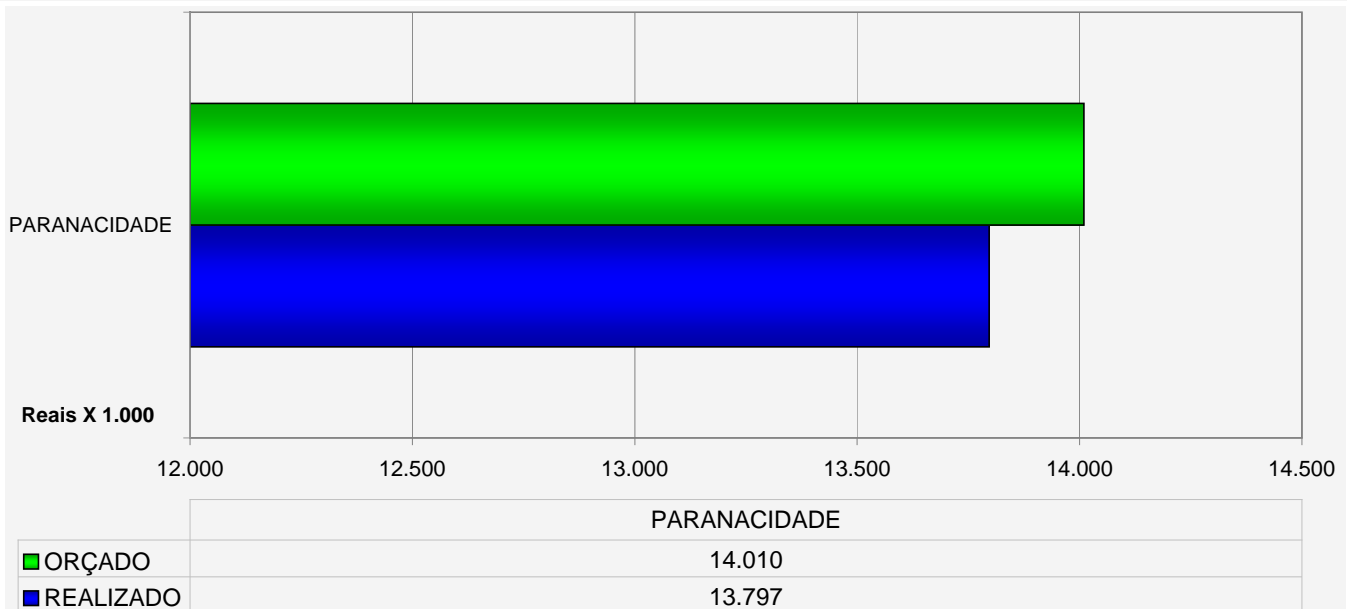
R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

PARANACIDADE		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
MANUTENÇÃO	Pessoal	9.600.000	9.353.090	246.910	97,43
	Custeio	2.400.000	2.420.756	-20.756	100,86
	Investimento	1.000.000	1.018.946	-18.946	101,89
ACORDOS / CONVÊNIOS	Convênio FEMUPAR	1.010.000	1.003.984	6.016	99,40
TOTAL - PARANACIDADE		(*) 14.010.000	13.796.776	213.224	98,48

(*) Aprovado na 106ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



Percentual realizado **98,48%**

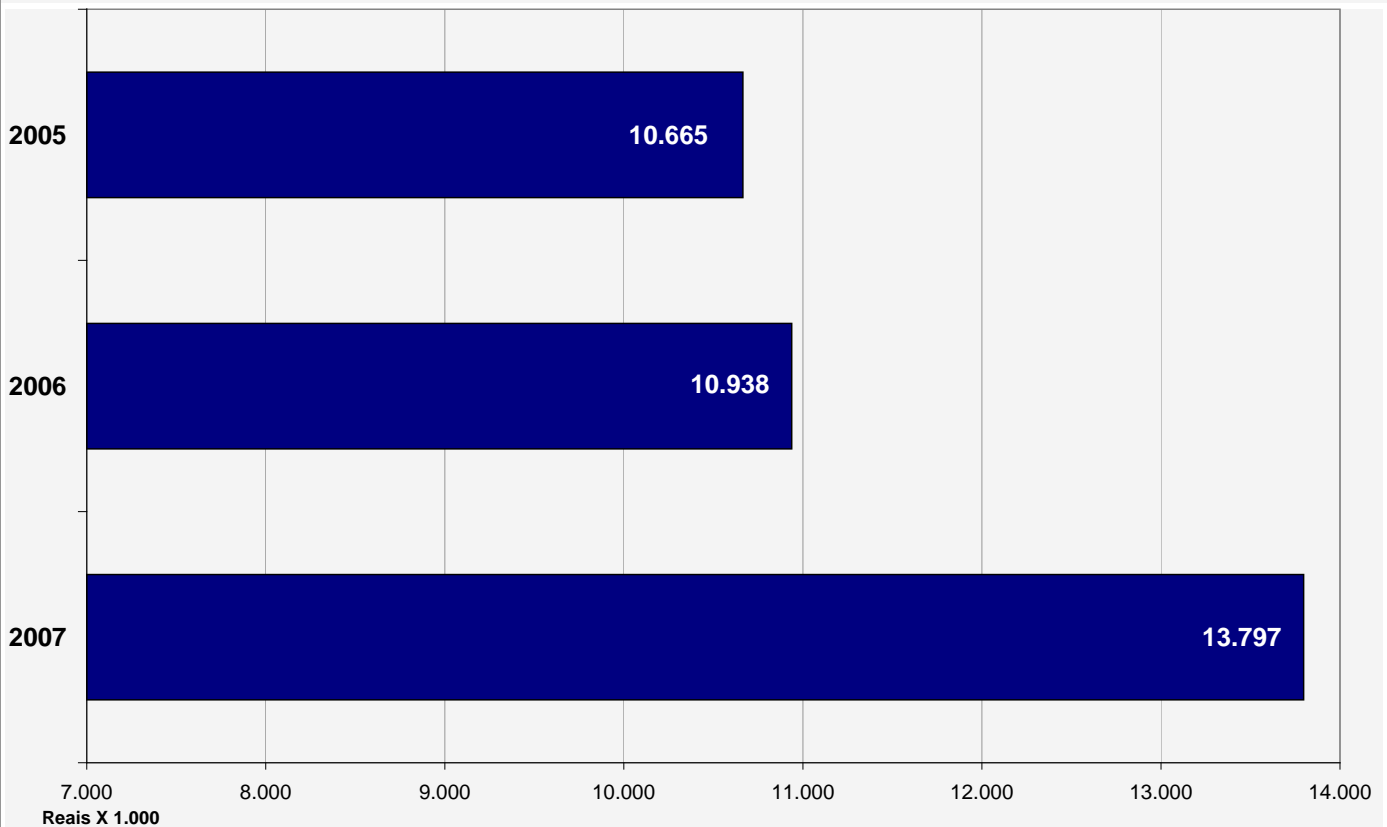
COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2005 - 2006 - 2007

R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES		Valores Nominais			Variação %	
		2005	2006	2007	2006 X 2005	2007 X 2006
PARANACIDADE						
MANUTENÇÃO	Pessoal	8.411.598	8.417.002	9.353.090	0,06	11,12
	Custeio	1.834.925	2.266.274	2.420.756	23,51	6,82
	Investimento	403.720	254.490	1.018.946	-36,96	300,39
SUBTOTAL		10.650.243	10.937.765	12.792.793	2,70	16,96
ACORDOS / CONVÊNIOS	Convênio FEMUPAR	-	-	1.003.984	-	100,00
	Outros voltados a Municipalidade	14.500	-	-	-100,00	-
SUBTOTAL		14.500	-	1.003.984	-100,00	100,00
TOTAL - PARANACIDADE		10.664.743	10.937.765	13.796.776	2,56	26,14

Desembolsos Realizados: 2005 x 2006 x 2007



Evolução nos Desembolsos: 2006 x 2005 = 2,56%
2007 x 2006 = 26,14%

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS
FDU**

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO EXERCÍCIO 2007

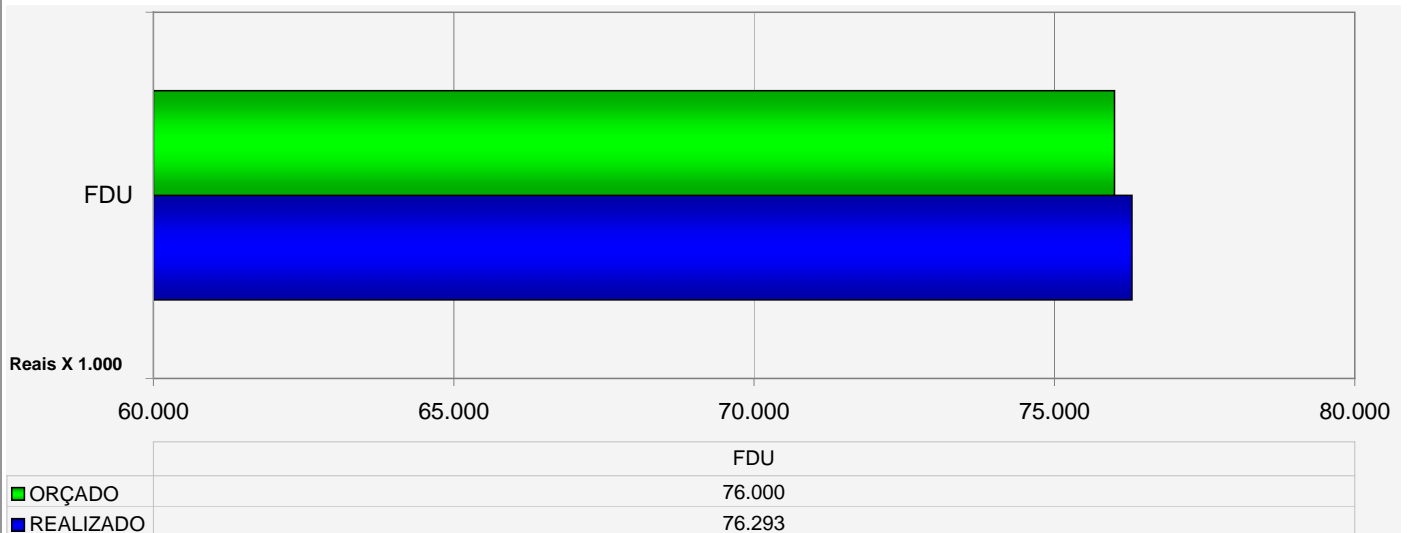
ORÇADO x REALIZADO

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	RS 1,00
					REALIZAÇÃO %
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU					
- CONVENIO EXTERIOR / TRANSPORTE URBANO / DOAÇÃO BID (**)	33	-	454.895	-454.895	100,00
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU e FDU	41	50.000.000	49.915.051	84.949	99,83
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	26.000.000	25.923.435	76.565	99,71
TOTAL		(*) 76.000.000	76.293.380	-293.380	100,39

(*) Aprovado na 106ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade; e

(**) Valor não incluso na Proposta Orçamentária 2007.

ORÇADO x REALIZADO



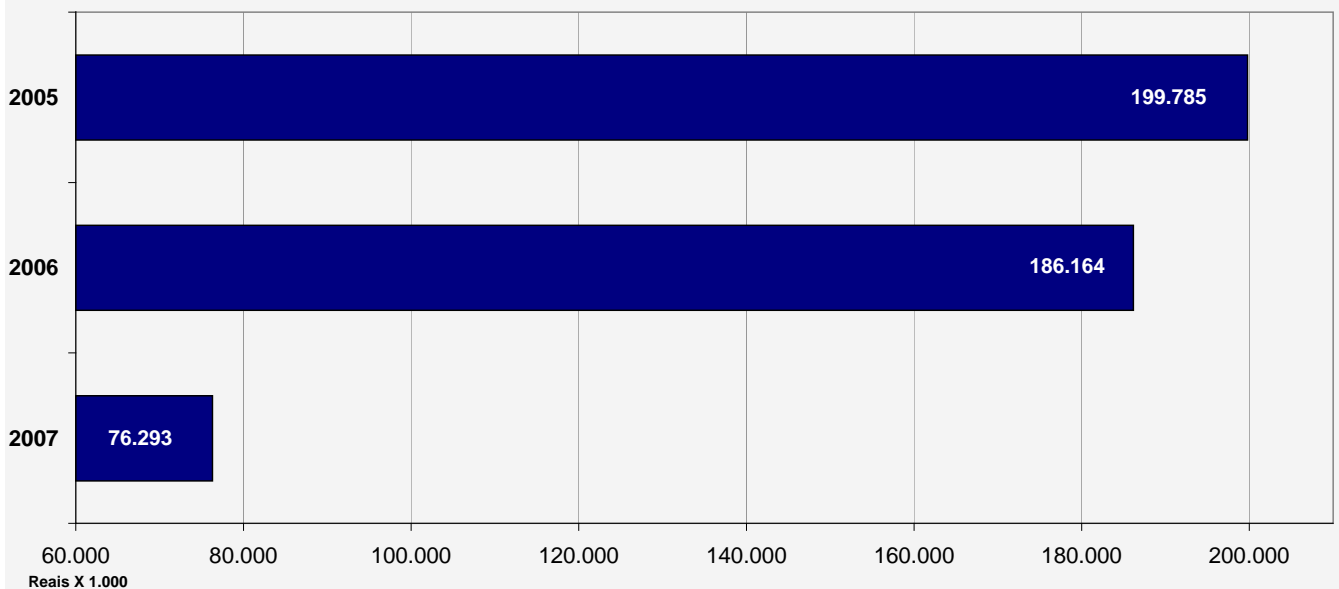
DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2007
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS	
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	224.412.563
RECURSOS A RECEBER	
⇒ CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
- Programa Paraná Urbano - PPU	5.162.966
- Programa Paraná Urbano II - PPU II - Sanepar e Cohapar	64.033.013
- Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU Puro	23.442.476
TOTAL	317.051.018

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2005 - 2006 - 2007

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2005	2006	2007	R\$ 1,00 VARIÇÃO %	
					2006 x 2005	2007 x 2006
					FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU	
- Empréstimo / Operação de Crédito externo vinculado ao Programa Paraná Urbano II - BID	37	62.699.717	77.678.310	-	23,89	-100,00
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU e FDU	41	94.470.194	70.072.482	49.915.051	-25,83	-28,77
- Convênio Exterior / Transporte Urbano / Doação BID	33	197.387	915.300	454.895	100,00	-50,30
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	42.418.070	37.497.781	25.923.435	-11,60	-30,87
TOTAL		199.785.368	186.163.873	76.293.380	-6,82	-59,02

Total de Entradas de Recursos: 2005 x 2006 x 2007



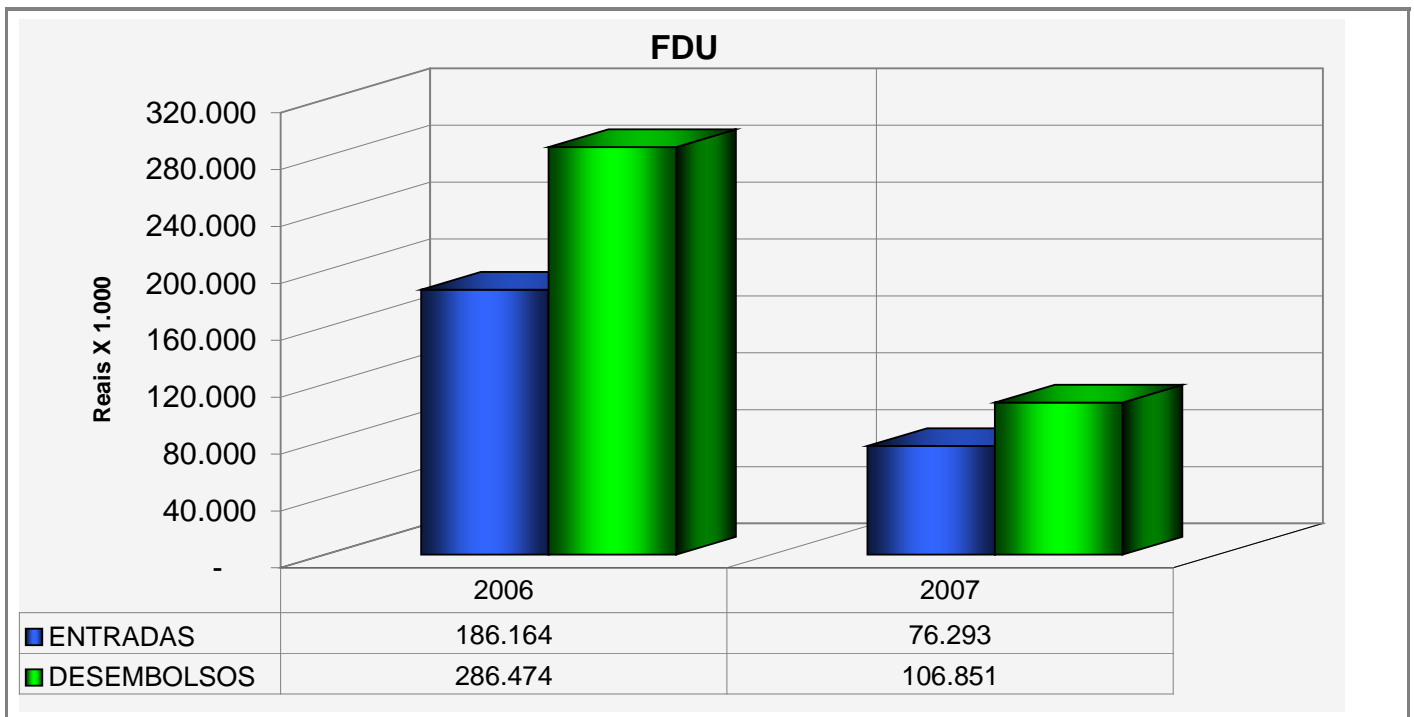
Evolução das Entradas de Recursos: 2006 x 2005 = - 6,82%
2007 x 2006 = - 59,02%

**COMPARATIVO ENTRADAS DE RECURSOS X DESEMBOLSOS
REALIZADOS em 2006 e 2007**

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	FDU		VARIACÃO % (2007 x 2006)
	2006	2007	
ENTRADAS	186.163.873	76.293.380	-59,02
DESEMBOLSOS	286.473.744	106.851.294	-62,70
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	(a) -100.309.871	(a) -30.557.914	-69,54

(a) Coberto com parte do capital de giro acumulado (recursos em contas bancárias).



DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2006	31/12/2007
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	254.954.632	224.412.563
RECURSOS RETIDOS NA SEFA		
⇒ OITAVO, NONO E DÉCIMO TERMOS ADITIVOS AO CONTRATO DE GESTÃO (FDU e BID)	10.297.606	-
TOTAL	265.252.238	224.412.563

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2007

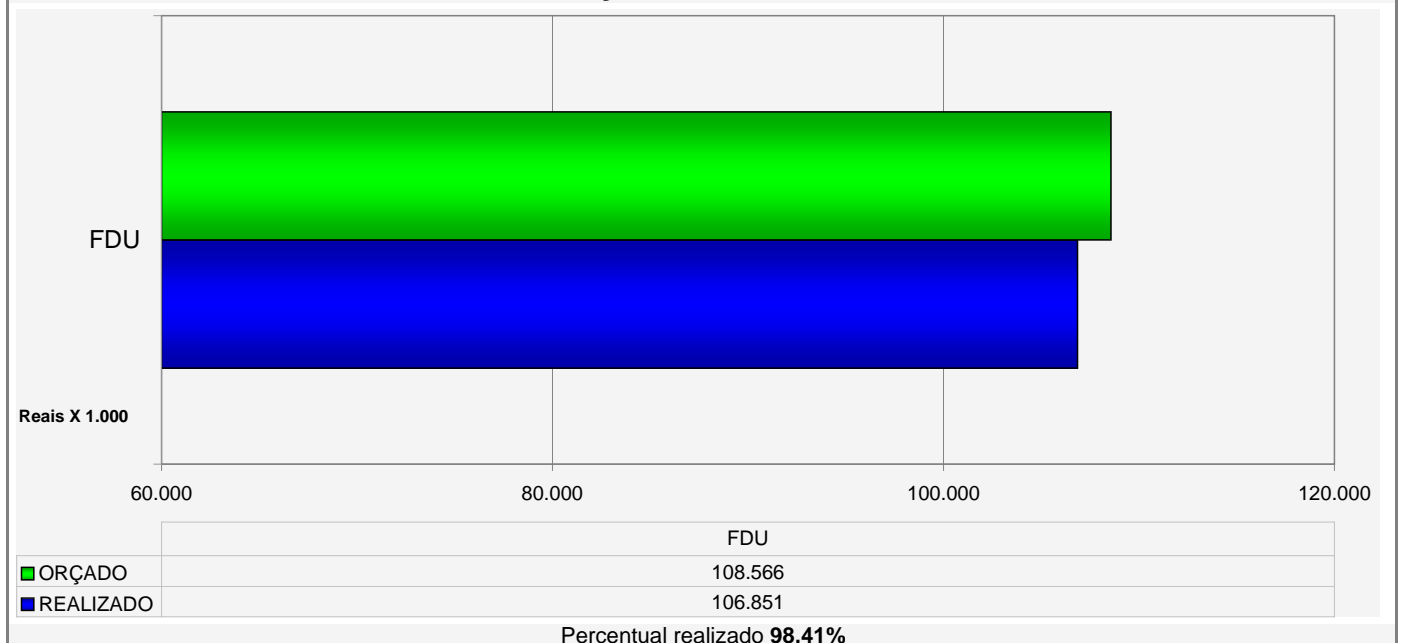
R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %	
PROJETOS	FDU	Sanepar	3.500.000	3.438.778	61.222	98,25
		Valorização Cultural	880.000	874.925	5.075	99,42
		Agência de Fomento (Integralização Capital)	50.000.000	50.000.000	-	100,00
		Melhoria de Bairros Subnormais (Urbanização de Favelas)	5.000.000	5.996.503	-996.503	119,93
		SUBTOTAL	59.380.000	60.310.207	-930.207	101,57
		Elaboração de Ortocarta-Imagem, Mapa de Uso e Ocupação do Solo e atualização das cartas topográficas digitais existentes no Estado do Paraná	620.000	496.605	123.395	80,10
		Ações de Apoio a Execução do PPU II				
		Contratação de Projetos Padrão	260.000	-	260.000	0,00
		Planos de Desenvolvimento Regionais	75.000	-	75.000	0,00
		SUBTOTAL	955.000	496.605	458.395	52,00
		PAGAMENTO EMPRÉSTIMO BID / PPU II	9.900.000	9.829.686	70.314	99,29
		Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE	2.226.000	537.252	1.688.748	24,14
		FUNDO JAPONÊS DE ASSISTÊNCIA/TRANSPORTE	105.000	104.001	999	99,05
		Outros Desembolsos (Quadras Cobertas, Posto de Bombeiro Comunitário, Reforma de Escolas, Planos Diretores)	36.000.000	35.573.543	426.457	98,82
SUBTOTAL	48.231.000	46.044.482	2.186.518	95,47		
TOTAL - FDU	(*) 108.566.000	106.851.294	1.714.706	98,42		

(*) Aprovado na 106ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

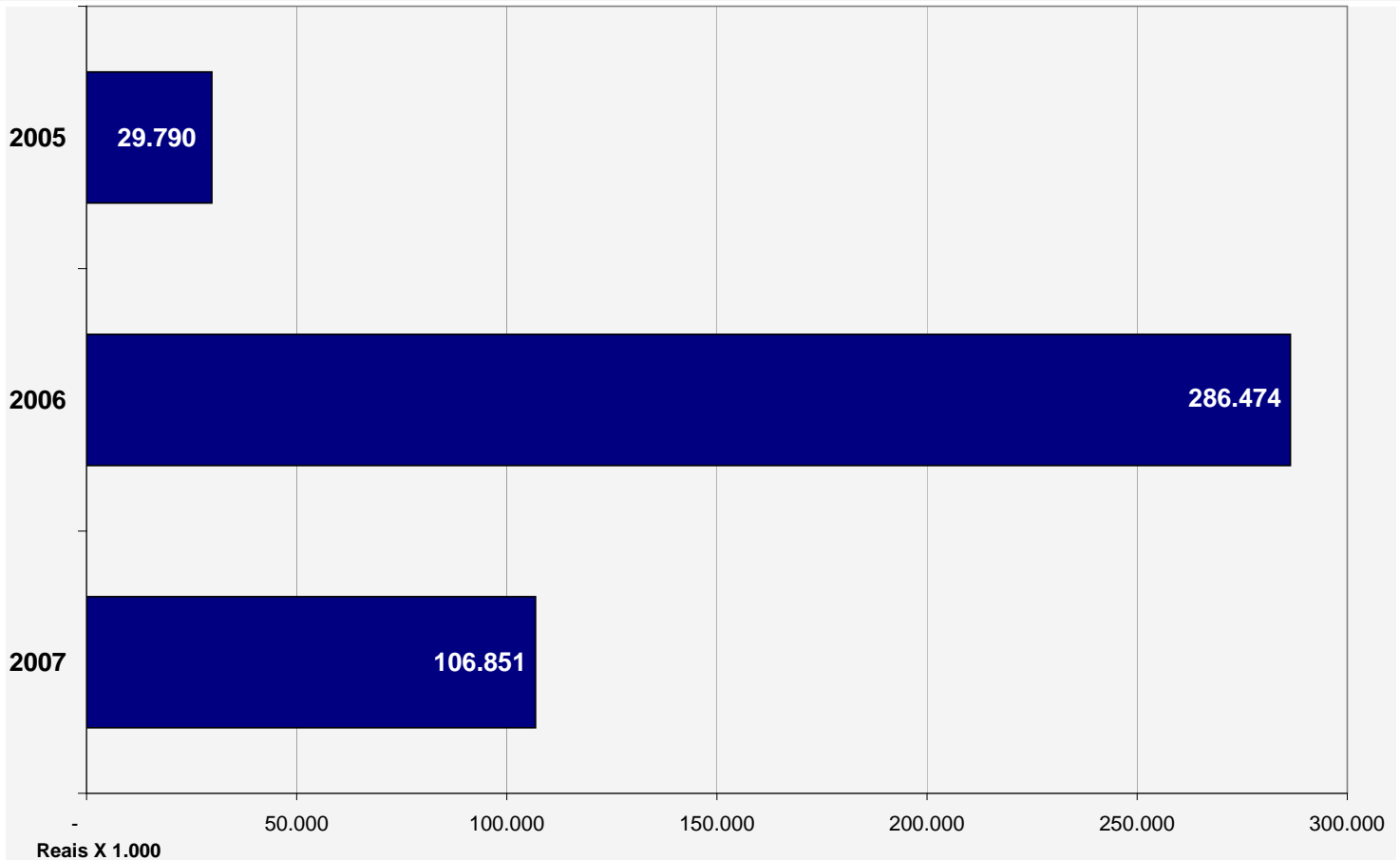
ORÇADO x REALIZADO



COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS
EXERCÍCIOS 2005 - 2006 - 2007

APLICAÇÕES / AÇÕES FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU	Valores Nominais			Variação	
	2005	2006	2007	%	
				2006 X 2005	2007 X 2006
Municípios	883.926	404.219	-	-54,27	-100,00
Sanepar	18.373.152	36.992.060	3.438.778	101,34	-90,70
Ações de Apoio - PPU II	5.737.721	5.827.848	496.605	1,57	-91,48
Agência de Fomento (Municípios)	-	210.000.000	50.000.000	100,00	-76,19
Valorização Cultural	2.468.489	9.324.108	874.925	277,73	-90,62
PROJETOS Fortalecimento Associações	167.786	707.890	-	321,90	-100,00
Transporte Urbano	997.569	927.412	104.001	-7,03	-88,79
Contrato de Gestão - Paranacidade	1.161.556	5.181.264	537.252	346,06	-89,63
Melhoria de Bairros Subnormais	-	10.472.344	5.996.503	100,00	-42,74
Outros Desembolsos	-	6.636.600	35.573.543	100,00	436,02
Pagamento Empréstimo BID	-	-	9.829.686	-	100,00
TOTAL - FDU	29.790.200	286.473.744	106.851.294	861,64	-62,70

Desembolsos Realizados: 2005 x 2006 x 2007



Evolução nos Desembolsos: 2006 x 2005 = 861,64%
2007 x 2006 = -62,70%

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

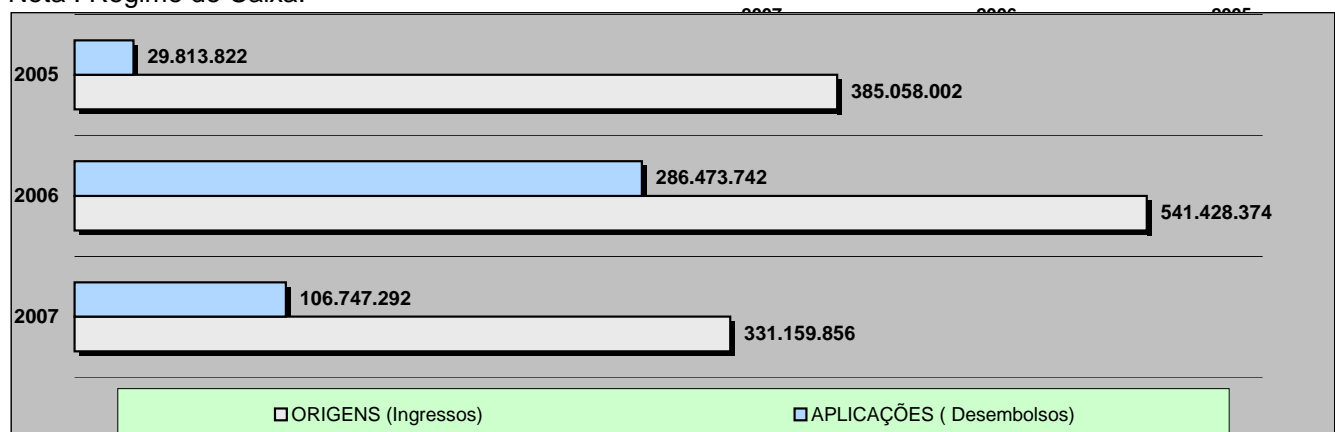
- **DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS
ORIGENS E APLICAÇÕES DE
RECURSOS**

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2007 X 2006 X 2005

Em R\$ 1,00

CONTAS FDU/BID			
AÇÕES OPERACIONAIS	2007	2006	2005
ORIGENS (Ingressos)	331.159.856	541.428.374	385.058.002
. Saldo ano anterior	254.954.632	355.244.180	185.272.634
. Empréstimos e Financiamentos	-	77.678.310	62.699.717
. Retorno do PPU	13.449.994	33.813.400	63.230.703
. Retorno do FDU	19.436.258	25.342.013	27.434.463
. Retorno do PPU II / SFM	17.028.799	10.917.069	3.805.028
. Rendas de aplicações financeiras	25.923.421	36.274.830	42.148.860
. Cooperação Técnica - Fundo Japonês	350.894	915.300	197.387
. Outros Ingressos	-	-	269.210
. Outras Receitas	-	1.222.951	-
. Caução de garantia	15.858	20.321	-
APLICAÇÕES (Desembolsos)	106.747.292	286.473.742	29.813.822
. Integralização Capital Agência Fomento	50.000.000	210.000.000	-
. Quadras cobertas / Postos Bombeiros	35.573.543	6.636.600	-
. Encargos e amortização empréstimo BID	9.829.686	-	-
. Municípios	-	404.219	883.926
. Projetos Padrão	-	835.898	286.899
. Sanepar	3.438.778	36.992.061	18.373.152
. Urbanização de favelas	5.996.503	10.472.343	-
. Programa de Valorização Cultural	874.925	9.324.109	2.468.489
. Manutenção Paranacidade (C. Gestão)	537.252	5.181.263	1.161.556
. Qualificação Gestão Municipal	-	120.000	160.000
. Projeto fortalecimento associações	-	707.890	167.786
. Fundo Japonês - assist. transporte	-	927.413	997.569
. Publicidade	-	2.052.152	3.561.056
. Planos Desenvolvidos Regionais	-	1.634.079	1.216.913
. Orotocarta - imagem	496.605	1.084.265	480.030
. Estudos e Análises de projetos	-	101.454	32.825
. Caução de garantia	-	-	23.621
SALDO	224.412.564	254.954.632	355.244.180

Nota : Regime de Caixa.

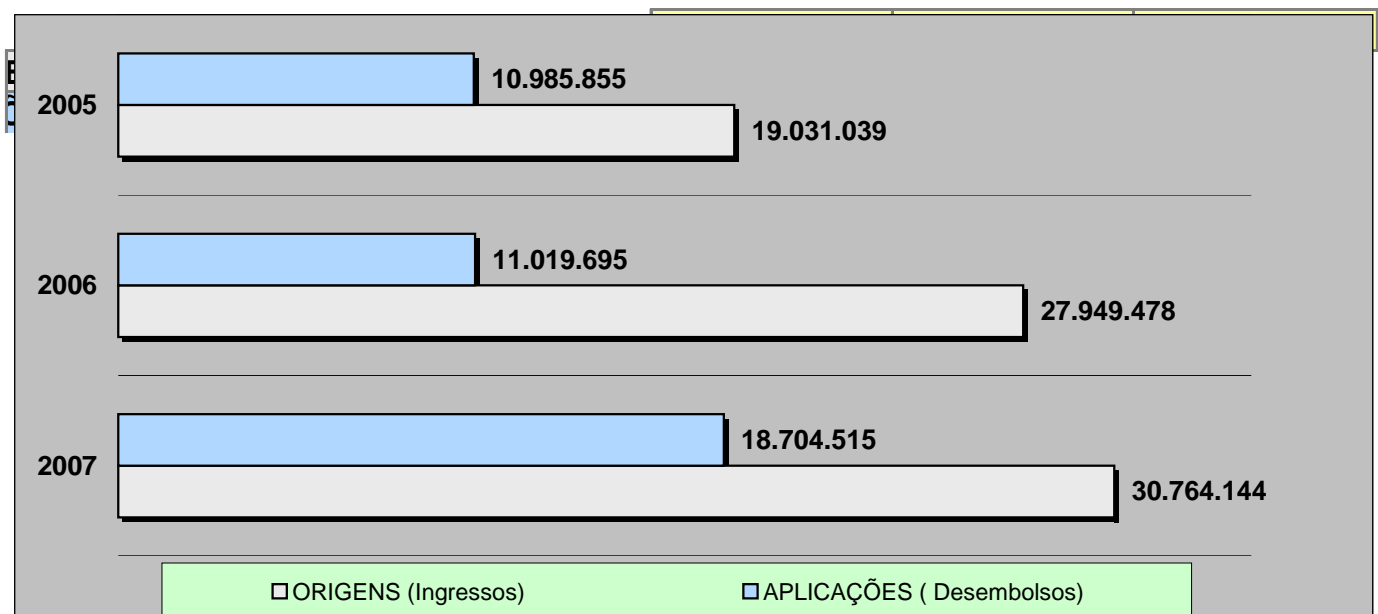


DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2007 X 2006 X 2005

Em R\$ 1,00

CONTA PARANACIDADE			
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	2007	2006	2005
ORIGENS (Ingressos)	30.764.144	27.949.478	19.031.039
. Saldo ano anterior	16.929.783	8.045.184	8.345.055
. Recursos manutenção (C.Gestão)	537.252	5.181.263	1.161.556
. Rendas de aplicações financeiras	816.381	866.693	1.523.411
. Agência de Fomento - SFM/PPU	11.655.693	5.551.807	7.995.887
. Agência de Fomento - PROMAP	199.491		
. Vendas de produtos/serviços	69.673	21.065	5.130
. Convênio SESA-ISEP		8.261.967	
. Convênio SESA-HRPG	328.932		
. Cooperação técnica - BRDE	105.946		
. Consultoria Procidades - BID	100.112		
. Recuperação Sinistro - Veículos		21.499	
. Caução Garantia	20.881		
APLICAÇÕES (Desembolsos)	18.704.515	11.019.695	10.985.855
. Despesas de pessoal	9.353.090	8.417.002	8.411.599
. Despesas de custeio	2.502.797	2.345.628	2.156.036
. Investimentos	1.018.946	254.490	403.720
. Femupar	1.003.884		
. Convênio SESA-ISEP	4.825.798		
. Outros valores a municipalidades			14.500
. Caução Garantia		2.578	
SALDO	12.059.629	16.929.783	8.045.184

Nota : Regime de Caixa.



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Em R\$ mil

	ATIVO		PASSIVO		
	2007	2006	2007	2006	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	14.973	18.875	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	5.573	9.700
Caixa e Bancos	88	343	Fornecedores	457	396
Aplicações financeiras (nota 4)	11.971	16.587	Salários e Encargos Sociais	299	231
Contrato Gestão - FDU (nota 5)	1.686		Obrigações Sociais e Fiscais	198	83
Contas a Receber AFPR S/A	403	1.655	Provisão para Férias e Encargos	1.049	905
ISS s/faturas AFPR S/A	562		Convênio de Cooperação Técnica (nota 7)	3.532	8.054
Pref.Municipal Piraquara	34	74	Outras contas a pagar	38	31
Almoxarifado	110	44			
Adiantam. a empregados	90	77			
Outros créditos	28	95			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.240	1.612	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	83	83
PERMANENTE	2.240	1.612	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	83	83
Imobilizado (nota 6)	2.240	1.612	Provisão para contingências (nota 9)	83	83
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 9)	11.556	10.704
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
			Superávits Acumulados	6.990	6.138
TOTAL DO ATIVO	17.213	20.487	TOTAL DO PASSIVO	17.213	20.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006			
	Em R\$ mil		
	RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	SUPERÁVITS (DÉFICITS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	4.566	4.111	8.677
Superávit do exercício		2.027	2.027
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	4.566	6.138	10.704
Superávit do exercício		853	853
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	4.566	6.990	11.556
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006		
	Em R\$ mil	
	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Superávit do exercício	853	2.027
DESPESAS QUE NÃO AFETAM O CAPITAL CIRCULANTE		
Depreciação	<u>412</u>	<u>392</u>
Recursos oriundos das operações	1.265	2.419
Aumento do exigível a longo prazo	<u> </u>	<u>83</u>
TOTAL DAS ORIGENS	1.265	2.502
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>1.040</u>	<u>146</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.040	146
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	226	2.356
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante:		
No fim do exercício	14.973	18.875
No início do exercício	<u>18.875</u>	<u>8.390</u>
	(3.901)	10.486
Passivo Circulante:		
No fim do exercício	5.573	9.700
No início do exercício	<u>9.700</u>	<u>1.570</u>
	(4.127)	8.130
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	226	2.356
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTONOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006		
	Em R\$ mil	
	2007	2006
RECEITAS OPERACIONAIS	14.685	13.134
Contrato de Gestão (nota 1.a)	2.223	5.181
Receitas de Ato Conjunto (nota explicativa 1.b)	11.258	7.021
Receitas Financeiras	816	866
Receitas Cooperação técnica	345	
Outras Receitas	43	66
DESPESAS OPERACIONAIS	(13.832)	(11.107)
Despesas com Pessoal (nota 10)	(9.717)	(8.228)
Despesas Gerais (nota 11)	(2.450)	(1.165)
Utilidades e Serviços Contratados (nota 12)	(1.317)	(1.439)
Despesas Tributárias	(349)	(275)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	853	2.027
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração

Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

(a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996, atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita (ata da 84ª Reunião do Conselho de Administração).

Então, a partir de 2005, Administração decidiu apropriar-se de 8% das liberações à Sanepar e Cohapar, a título de receita do Contrato de Gestão.

(b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 22 de janeiro de 2002, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2007, a Entidade recebeu R\$ 11.656, valores líquidos com a retenção de 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária. (2006 – R\$ 7.021) por conta desse Ato Conjunto.

- c. Termo Cooperação Técnico - Operacional - o Paranacidade mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S/A, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - PROMAP, a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2007, a Entidade recebeu R\$ 199, por conta desse Termo.

- d. Termo Cooperação Técnica - o Paranacidade mantém firmado com a Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos, diretamente destinados à realização de obras de infra-estruturas e serviços de limpeza urbana dos municípios paranaense - PROVIAS, com recursos originários do Sistema BNDES/FINAME .

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor efetivamente liberado. No exercício de 2007, a Entidade recebeu R\$ 106, por conta desse Termo.

- e. Contrato de Serviços de Consultoria - o Paranacidade mantém firmado com a Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, contrato para apoio no desempenho de tarefas relacionadas à orientação e avaliação dos programas municipais a serem financiados no âmbito do Procidades.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Contrato será de R\$ 1.053. No exercício de 2007, a Entidade recebeu R\$ 100, por conta desse Contrato.

(f) No exercício de 2007 o Paranacidade, recebeu r\$ 1.686 a título de contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) – Apresentação e divulgações, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, m 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº488, naquela mesma data; e Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitidos pelo IBRACON, 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação nº 489, naquela mesma data. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às deliberações mencionadas, e permitir aos usuários e comparabilidade com o exercício corrente. A principal alteração resultante da aplicação dessas deliberações foi a apresentação do grupo “Não Circulante” no ativo e no passivo.

3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

(a) Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Os demais ativos circulante e a longo prazo, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização.

(b) Ativo Permanente - imobilizado

É apresentado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 5.

(c) Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

(d) Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios

(e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo Paracidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

(f) Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de <u>remuneração</u>	Vencimento	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Banco do Brasil	FIF	Variáveis	Liquidez imediata	11.971	10.995
Banco Bradesco	FIF	Variáveis	Liquidez imediata		5.592
				11.971	16.587
FIF – Fundo de investimento financeiro					

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2007 o Paracidade, recebeu R\$ 1.686 a título de contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida

6. ATIVO IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação %	2007	2006
Terrenos		210	210
Edificações	4	649	604
Microcomputadores e softwares	20	1.251	1.118
Móveis e utensílios	10	755	719
Veículos	20	1.572	786
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Equipamentos e sistemas de telefonia e telemática	20	1.097	1.057
Outras imobilizações	Até 10	<u>150</u>	<u>150</u>
		5.773	4.733
Depreciação acumulada		<u>(3.533)</u>	<u>(3.121)</u>
		<u>2.240</u>	<u>1.612</u>

7. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de Unidade de Saúde, de forma a viabilizar a implementação do **PROJETO DO CENTRO DE SAÚDE BÁSICO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À MULHER E A CRIANÇA**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Serviços Contratados	Despesas Bancárias.	Saldo
SESA/ISEP	13.000	961	(10.489)	(269)	3.203

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 052/2006.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre a SESA/ISEP, a SEDU, o Paranacidade e a UEPG para fins de construção de **HOSPITAL REGIONAL** no município de **Ponta Grossa**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Serviços Contratados	Despesas Bancárias.	Saldo
SESA/ISEP	5.000	73	(4.702)	(42)	329

8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingência foi constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade, a qual é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com estes processos. Os depósitos judiciais foram reclassificados de acordo com a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.066 de 21 de dezembro de 2005.

	2007	2006
Processos Trabalhistas	102	102
Processos cíveis	<u>36</u>	<u>36</u>
	138	138
(-) Depósitos judiciais	<u>(55)</u>	<u>(55)</u>
	83	83

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo superávit apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

10. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2007	2006
Salários e Gratificações	5.364	4.661
Encargos sociais	2.498	2.143
Assistência médica e social	275	259
Outras despesas com pessoal	<u>1.580</u>	<u>1.165</u>
	9.717	8.228

11. DESPESAS GERAIS

Descrição	2007	2006
Depreciações e amortizações	408	392
Acordos e convênios	1.068	54
Aluguéis	246	191
Material de consumo	257	188
Viagens e representações	196	123
Combustível	171	128
Outras	<u>103</u>	<u>89</u>
	2.449	1.165

12. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2007	2006
Telefone e fax	182	195
Serviços de informática	161	176
Propaganda e publicidade	78	194
Higiene e limpeza	214	171
Feiras e eventos	137	68
Correios	35	34
Manutenção e reparos	125	85
Refeições	6	8
Consultorias	51	252
Auditoria	25	44
Elaboração de projetos	133	83
Outras despesas	<u>169</u>	<u>129</u>
	1.316	1.439

13. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A administração tem ciência que existem aspectos controversos e inconclusivos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

14 SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranaidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Saldo de mercado
Disponibilidade	88	88
Aplicações financeiras	<u>11.971</u>	<u>11.971</u>
	12.059	12.059

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2007, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. CPMF

Como resultado da rejeição da proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) pelo Senado Federal, a partir de 1º de janeiro de 2008 não haverá mais a incidência deste tributo sobre movimentações financeiras.

Entretanto, com o objetivo de suprir a perda da arrecadação decorrente da extinção da CPMF, a partir de janeiro de 2008 as operações de crédito, câmbio e seguro passarão a pagar uma alíquota adicional de 0,38 p.p. a título de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) mesma alíquota extinta da CPMF.

b. Alterações na Lei das S.A. (Lei nº. 6.404)

A administração iniciou estudo para avaliar os eventuais impactos nas demonstrações contábeis produzidos pela aprovação da Lei nº 11.638/07, que altera dispositivos previstos na Lei nº 6.404/76. Com base no status do respectivo estudo, ainda não é possível avaliar os impactos dos ajustes decorrentes nas demonstrações contábeis da entidade.

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7329/0-2
CPF 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paracidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Em R\$ mil

ATIVO		PASSIVO			
	2007	2006		2007	2006
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	259.924	296.073	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	19.444	12.208
Caixa e Bancos	-	-	Empréstimos e Financiamentos (nota 7)	16.348	10.910
Aplicações financeiras (nota 4)	224.412	254.955	Fornecedores	3.023	1.246
Financiamentos concedidos (nota 5)	29.411	34.631	Outras contas a pagar	73	52
Recursos a receber da Secret. de Estado da Fazenda (nota 6)	6.000	6.000			
Contas a Receber	101	487			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	67.525	91.506	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	156.109	209.016
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos concedidos (nota 5)	63.227	87.208	Provisões para contingências	431	431
Recursos a receber da Secret. de Estado da Fazenda (nota 6)	4.298	4.298	Empréstimos e Financiamentos (nota 7)	155.678	208.585
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 8)	151.896	166.355
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	2.397	52.397
			Superávit Acumulados	83.679	55.963
			Reserva conforme Decreto 5927-23/12/05	65.820	57.995
TOTAL DO ATIVO	327.449	387.579	TOTAL DO PASSIVO	327.449	387.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006				
	Em R\$ mil			
	RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	RESERVA CONFIRME DECRETO 5927- 23/12/05	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	262.397	89.222		351.619
Redução de capital por transferência de recursos à Agência de Fomento do Paraná S/A (nota 8)	(210.000)			(210.000)
Constituição de reserva Decreto nº 5927-23/12/05		(57.995)	57.995	
Superávit do exercício		24.735		24.735
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	52.397	55.962	57.995	166.354
Redução de capital por transferência de recursos à Agência de Fomento do Paraná S/A (nota 8)	(50.000)			(50.000)
Constituição de reserva Decreto nº 5927-23/12/05		(7.825)	7.825	
Superávit do exercício		35.541		35.541
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	2.397	83.679	65.820	151.896
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Luiz Forte Netto
 Superintendente
 CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
 Diretor de Administração e Finanças
 Contador CRC-PR 7.329/0-2
 CPF : 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006		
	2007	Em R\$ mil 2006
ORIGENS DE RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Superávit do exercício	35.541	24.735
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Variações monetárias e cambiais e juros de longo prazo	(46.139)	(17.133)
	<u>(10.597)</u>	<u>7.603</u>
DE TERCEIROS		
Aumento do exigível a longo prazo		
Redução do realizável a longo prazo	33.492	44.176
Empréstimos e Financiamentos obtidos		72.463
	<u>33.492</u>	<u>116.639</u>
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	22.894	124.242
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Financiamentos concedidos	8.909	42.628
Empréstimos e Financiamentos liquidados	7.371	
Redução de capital por transferência de recursos	50.000	210.000
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	66.280	252.628
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(43.386)	(128.385)
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante:		
No fim do exercício	259.925	296.073
No início do exercício	296.073	417.453
	<u>(36.148)</u>	<u>(121.380)</u>
Passivo Circulante:		
No fim do exercício	19.444	12.208
No início do exercício	12.207	5.202
	<u>7.237</u>	<u>7.006</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(43.386)	(128.385)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paracidade)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006		
	2007	Em R\$ mil 2006
RECEITAS OPERACIONAIS	83.334	52.048
Receitas Financeiras		
Financiamentos Concedidos	11.418	14.749
Aplicações Financeiras	25.923	36.275
Despesa/receita de variação cambial	45.537	(1.114)
Outras Receitas	455	2.138
DESPESAS OPERACIONAIS	(47.792)	(27.313)
Contrato de Gestão	(2.223)	(5.181)
Despesas/Receitas Financeiras com Empréstimos e Financiamentos	(7.897)	7.118
Serviços Contratados	(658)	(1.352)
Despesas Gerais (nota 9)	(36.473)	(22.582)
Despesas / Fundo perdido	(526)	(5.301)
Outras Despesas	(15)	(14)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	35.541	24.735
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, tem os seguintes principais objetivos:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com o advento, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi impedido de conceder diretamente aos municípios novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com a Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76 e 10.303/01), bem como com os procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Instituto dos Auditores do Brasil – IBRACON, sendo as mais significativas apresentadas no sumário a seguir:

3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

a) Ativos Circulante e Não Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data de balanço.

b) Passivos Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

c) Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

d) Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

e) Novos padrões de apresentação

A deliberação CVM nº 488/2005, cuja entrada em vigor foi alterada pela Deliberação CVM nº 496/2006, converge com as práticas contábeis internacionais ao aprovar o Pronunciamento IBRACON nº 27/2005, estabelecendo novos padrões de apresentação e divulgação de demonstrações contábeis.

Como consequência do citado pronunciamento do IBRACON, o ativo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante, sendo este último desmembrado em Realizável a Longo Prazo

Investimento, Imobilizado, Intangível e Diferido. O Passivo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante.

Dessa forma, as presentes demonstrações contábeis estão apresentadas em consonância com os novos padrões estabelecidos.

4.● APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Produto</u>	<u>Taxa mensal de remuneração</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>
Banco do Brasil	CDB- PÓS	Variável	Setembro/10	53.220	47.673
Banco do Brasil	FIF	Variável	Liquidez imediata	39.523	77.231
Banco Bradesco	FIF	Variável	Liquidez imediata		11.916
CEF	FIF	Variável	Liquidez imediata	<u>131.669</u>	<u>118.135</u>
				224.412	254.955

CDB – Certificado de depósito bancário

FIF – Fundo de investimento financeiro

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

<u>Programa</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
PPU	TR mais 8,85%	5.163	17.315
FDU	TR mais 8,85%	23.443	39.763
PPU II / SFM	TR mais 8,85% e TJLP mais 14,75%	64.032	64.761
Totais		<u>92.638</u>	<u>121.839</u>
Ativo circulante		29.411	34.631
Realizável a longo prazo		63.227	87.208
TR – Taxa Referencial de Juros			
TJLP – Taxa de Juros a Longo Prazo			

Os encargos e as amortizações são recebidos mensalmente em prazos remanescentes de até 07 anos que variam de acordo com a época da liberação dos recursos e prazos definidos contratualmente.

Como forma de garantia do pagamento dos empréstimos e subempréstimos concedidos, os municípios delegam ao agente financeiro Banco Banestado S.A. (Banco Itaú S.A.), poderes para reter o repasse das importâncias que lhes couberem no Fundo de Participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Por essa razão, o fundo não apresenta inadimplência.

O saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2007 será recebido como segue:

2009	28.578
2010	17.744
2011 a 2014	<u>46.316</u>
Total	92.638

6. RECURSOS A RECEBER DA SECR. DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Segundo o Ofício nº 364/2006-GAB, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, ficou acordado em reunião realizada em 21 de novembro de 2006, entre os representantes daquela Secretaria e do Serviço Social Autônomo Paracidade, que o Estado do Paraná cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmado em 23 de outubro de 1996, estando sob responsabilidade da Administração elaboração de documentação hábil para ratificação deste acordo.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO E LONGO PRAZOS)

Refere-se ao contrato de empréstimo nº 1.405/OC/BR, celebrado em 03 de julho de 2002 entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de até o montante de US\$ 100 milhões, para prover recursos ao Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

De acordo com a Lei-Pr nº 13.614, de 05 de junho de 2002, o total de juros, encargos e amortizações, decorrente deste empréstimo, ficará sob a responsabilidade do Fundo de

Desenvolvimento Urbano - FDU, gerido através do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná S/A.

O FDU mantém registrada a totalidade dos valores de juros, encargos e liberações dos recursos oriundos deste contrato, em decorrência do processo em andamento para definição do retorno ao Fundo de recursos da Agência de Fomento.

Tal processo está sendo conduzido pela Administração da entidade no sentido de adequar a legislação voltada à Agência de Fomento e ao FDU, para respaldar o retorno de recursos ao Fundo provenientes dos lucros das operações de crédito realizadas pela Agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – Paraná Urbano II, para composição de reservas visando o pagamento do empréstimo em questão.

Sobre os recursos advindos deste empréstimo para o FDU incidem encargos anuais com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 4,16% ao ano.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, tais recursos equivalentes a US\$ 100.000 mil, originaram variação cambial ativa, no exercício de 2007, no montante de R\$ 45.537 (2006 – R\$ 15.305), que se encontra refletida nas Demonstrações Financeiras.

O empréstimo é garantido por aval concedido pelo Tesouro Nacional.

As parcelas de amortização de longo prazo tem vencimentos semestrais nos meses de janeiro e julho de cada ano, após seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, que ocorreu em agosto de 2006. A amortização iniciou-se em julho de 2007 e a última parcela deste empréstimo dar-se-á em julho de 2027.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos e do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997 e do superávit (déficit) apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2007, o valor de R\$ 567.000 de recursos do FDU foi transferido à referida Agência.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná fica inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU, que em cada exercício financeiro, poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício

financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2007, foi destinado recurso, na forma estabelecida referente ao resultado líquido do exercício, findo em 31/12/2006, no montante de R\$ 7.825 (fonte de recursos FDU/Renda Líquida).

9. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2007	2006
Fonte Renda Líquida (Decr. 5927-23/12/05)		35.760	7.958
	Quadras Esportivas	27.487	5.891
	Biblioteca Cidadã	3.558	
	Obras Rec.Ambiental	2.049	649
	Escolas / C. Cultural	1.674	915
	Bombeiro Comunitário	628	420
	Outros	364	83
Progr.Valor. Cultural		324	4.052
RTVE	Convênios n°s: 001/2003/SEDU/PVC 001/2005/SEDU/PVC	295	2.270
Divulgação Obras PPU/II	Convênios n°s: 029/2004/PU/SEDU 011/2005/PU/SEDU 002/2005		2.052
Cine Império	Convênio n°: 003/2003/SEDU/PVC	73	1.747
Política Dês.Regional			1.585
Museu Oscar Niemeyer	Convênio n°: 001/2004/SEDU/PVC		1.333
	Outros	<u>21</u>	<u>1.585</u>
		36.473	22.582

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência às estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito

material nos valores de mercado estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo Contábil	Saldo de mercado
Aplicações Financeiras	224.412	224.412
Empréstimos e Subempréstimos concedidos	<u>9.638</u>	<u>92.638</u>
	317.050	317.050

b) Risco cambial

A administração da Entidade optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) para proteger seu passivo ou exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais. A exposição em 31.12.07 ao fator de risco de mercado taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	2007 - USD	2006 - USD
Empréstimos e financiamentos	<u>(95.122)</u>	<u>(100.000)</u>

c) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2007, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alterações na Lei das S.A. (Lei nº. 6.404)

A administração iniciou estudo para avaliar os eventuais impactos nas demonstrações contábeis produzidos pela aprovação da Lei nº 11.638/07, que altera dispositivos previstos na Lei nº 6.404/76. Com base no status do respectivo estudo, ainda não é possível avaliar os impactos dos ajustes decorrentes nas demonstrações contábeis da entidade.

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7329/0-2
CPF 005.186.979-91

QUADRO DE RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
EXERCÍCIOS DE 2007, 2006 E 2005

DESCRIÇÃO	Em Reais mil			Variação em %	
	2007	2006	2005	2007 x 2006	2006 x 2005
RECEITAS (Financeiras/juros, correções monetárias e variação cambial/outras)	52.482	80.487	76.966	-35	5
DESPESAS (BID/Base Cartográfica/Bombeiros/Quadras/Manutenção/Fdo Perdido/Tributárias)	16.088	53.725	28.252	-70	90
. Juros e comissões de crédito do Empréstimo BID	7.897	8.188	6.473	-4	26
. Base Cartográfica, Valorização Cultural, Manutenção, Fdo Perdido (proj.sociais) e Tributárias	8.190	45.537	21.779	-82	109
SUPERÁVIT (DÉFICIT)	36.394	26.763	48.714	-136	-45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Capital + Superávit(Déficit))	163.454	177.060	360.297	-8	-51
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A	50.000	210.000	0	-76	
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (Contratos antigos)	8.909	42.628	19.257	-79	121
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS - SALDO A RECEBER (Retorno futuro)	92.638	121.839	135.022	-24	-10
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS - RETORNO EFETIVO	49.915	70.072	94.470	-29	-26
EMPRÉSTIMO BID - LIBERAÇÕES DE RECURSOS		77.678	62.700	-100	24
EMPRÉSTIMO BID - AMORTIZAÇÃO, ENCARGOS E JUROS PAGOS	9.830	17.913	10.685	-45	68
EMPRÉSTIMO BID - SALDO A PAGAR	172.026	219.495	155.938	-22	41
RECURSOS A RECEBER E RETIDOS JUNTO À SEFA	10.298	10.298	18.415	0	-44
	QUOCIENTES				
SITUAÇÃO FINANCEIRA (Liquidez Geral = Ativo Real/Passivo Real)	1,89	1,76	3,26	7	-46
GRAU DE ENDIVIDAMENTO (Capital de terceiros s/próprios = Passivo Real/PL)	1,426	1,537	0,509	-7	202
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Rentabilidade = Superávit(Déficit)/PL)	0,286	0,179	0,156	-160	114,74

Notas:

- . Ativo Real : Ativos circulante + Realizável a longo prazo
- . Passivo Real : Passivos circulante + Exigível a longo prazo
- . PL : Patrimônio Líquido

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **AUDITORIA EXTERNA**

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE
2006, E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria, denominada Firmas Membro BDO, com presença em 111 países e 626 escritórios. Cada firma membro é uma Entidade juridicamente independente em seu próprio país. A BDO Trevisan é firma membro da rede BDO International desde 2004.

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e conselheiros
Serviço Social Autônomo Paranacidade
Curitiba – PR

1 Examinamos os balanços patrimoniais do Serviço Social Autônomo Paranacidade levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Autônomo Paranacidade em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas atividades, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Conforme descrito na nota explicativa nº12, a administração entende que, por constituir-se sob a forma de Entidade sem fins lucrativos, está isenta da incidência de tributos (IRPJ, CSSL, PIS e COFINS) sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados. Em razão da inexistência de jurisprudência para o tema e a incerteza que o permeia, inclusive quanto a opinião de seus assessores jurídicos, não é possível a mensuração dos eventuais impactos econômicos, financeiros e regulamentares decorrentes destas circunstâncias sobre as demonstrações contábeis de 2007 e de 2006 da Entidade.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e conselheiros
Serviço Social Autônomo Paranacidade
Curitiba – PR

5 As demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Entidade. A apresentação de déficits operacionais nos exercícios anteriores ao de 2006, decorreu substancialmente da decisão da administração, revisada anualmente, em abdicar do direito de auferir as receitas decorrentes da gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, em opção às receitas relativas aos financiamentos concedidos aos municípios, através da Agência de Fomento do Estado do Paraná, previstas como suficientes nos orçamentos anuais. Contudo, tais receitas não se realizaram nos montantes previstos, gerando a necessidade de revisão desses mesmos orçamentos. No exercício de 2007, a revisão orçamentária previu a realização de receitas do Ato Conjunto insuficientes, o que levou ao incremento de receitas da gestão do Fundo, em especial sobre os contratos firmados com a Sanepar e Cohapar, ocasionando a reversão do déficit apurado nos exercícios anteriores. Dessa forma, a caracterização de sustentabilidade do Paranacidade está condicionada a decisão dos seus administradores em utilizar ou não, o direito legal de auferir receitas previstas no Contrato de Gestão quando as receitas do Ato Conjunto firmado com a Agência de Fomento se mostrarem insuficientes.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2008.

Marcello Palamartchuk
Sócio – contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

QUADRO 1

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2007	2006	PASSIVO	2007	2006
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	88	343	Fornecedores	457	396
Aplicações financeiras (nota 4)	11.971	16.587	Salários e encargos sociais	299	231
Contrato Gestão - FDU (nota 5)	1.686		Obrigações sociais e fiscais	198	83
Contas a receber - Agência de Fomento do Paraná S.A.	403	1.655	Provisão para férias e encargos	1.049	905
ISS s/faturas AFPR S.A.	562		Convênio de cooperação técnica - (nota 7)	3.532	8.054
Prefeitura Municipal de Piraquara	34	74	Outras contas a pagar	38	31
Estoques	110	44	Total do passivo circulante	5.573	9.700
Adiantamentos a empregados	90	77			
Outros créditos	28	95	NÃO CIRCULANTE		
Total do ativo circulante	14.972	18.875	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
NÃO CIRCULANTE			Provisão para contingências - (nota 8)	83	83
PERMANENTE				83	83
Imobilizado - (nota 6)	2.240	1.612	Total do passivo não circulante	83	83
	2.240	1.612			
Total do ativo não circulante	2.240	1.612	PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (nota 9)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
			Superávits (déficits) acumulados	6.990	6.138
			Total do patrimônio líquido	11.556	10.704
TOTAL DO ATIVO	17.212	20.487	TOTAL DO PASSIVO	17.212	20.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Receitas do contrato de gestão - (nota 1.a)	2.223	5.181
Receitas de ato conjunto - (nota 1.b)	11.259	7.021
Receitas financeiras	816	866
Receitas cooperação técnica	345	
Outras receitas	<u>43</u>	<u>66</u>
	<u>14.685</u>	<u>13.134</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal - (nota 9)	(9.717)	(8.229)
Despesas gerais - (nota 10)	(2.450)	(1.165)
Utilidades e serviços contratados - (nota 11)	(1.317)	(1.439)
Despesas tributárias	<u>(349)</u>	<u>(275)</u>
	<u>(13.833)</u>	<u>(11.107)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>852</u>	<u>2.027</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006***(Valores expressos em milhares de reais)*

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	4.566	4.111	8.677
Superávit do exercício		2.027	2.027
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	4.566	6.138	10.704
Superávit do exercício		852	852
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	4.566	6.990	11.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006.

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ORIGEM DOS RECURSOS		
Das operações:		
· Superávit do exercício	852	2.027
Despesas que não afetam o capital circulante líquido:		
· Depreciação	<u>408</u>	<u>392</u>
Recursos oriundos das operações	<u>1.260</u>	<u>2.419</u>
Aumento do exigível a longo prazo		<u>93</u>
Total das origens	<u>1.260</u>	<u>2.502</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Nas operações:		
No permanente:		
· Aquisição de ativo imobilizado	<u>1.036</u>	<u>146</u>
Total das aplicações	<u>1.036</u>	<u>146</u>
ALUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>224</u>	<u>2.356</u>
A VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO É ASSIM DEMONSTRADO		
Ativo circulante:		
No fim do exercício	14.972	18.875
No início do exercício	<u>18.875</u>	<u>8.399</u>
	<u>(3.903)</u>	<u>10.486</u>
Passivo circulante:		
No fim do exercício	5.573	9.700
No início do exercício	<u>9.700</u>	<u>1.570</u>
	<u>(4.127)</u>	<u>8.130</u>
ALUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>224</u>	<u>2.356</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE
2006
(Valores expresso em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, Entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, tem como atividades principais:

- cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela Entidade;
- executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus Municípios;
- constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das Entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
- atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus Municípios;
- contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
- incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e Entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

- publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;
- administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº101, de 04/05/2000;
- propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

a. A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996, atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita (ata da 84ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S.A. abaixo do orçado, fez a Administração decidir por apropriar-se de 8% das liberações à Sanepar e este procedimento foi estendido também à Cohapar no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

b. Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 22 de janeiro de 2002, com a Agência de Fomento do Paraná S.A., voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a ser processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2007, a Entidade recebeu R\$ 11.656, valores líquidos com retenção de 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária. (2006 – R\$ 7.021) por conta desse Ato Conjunto.

c. Termo Cooperação Técnico Operacional, o Paranacidade mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S.A., programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - (PROMAP), a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2007, a Entidade recebeu R\$ 199, por conta desse Termo.

d. Termo Cooperação Técnico - o Paranacidade mantém firmado com o banco regional de desenvolvimento do extremo sul – BRDE, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos, diretamente destinados à realização de obras de infraestrutura e serviços de limpeza urbana dos municípios paranaense – PROVIAS, com recursos originários do sistema BNDES/FINAME.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor efetivamente liberado, No exercício de 2007, a entidade recebeu R\$ 106, por conta desse Termo.

e. Contratos de Serviços de Consultoria - o Paranacidade mantém firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, contrato para apoio no desempenho de tarefas relacionadas à orientação e avaliação dos programas municipais a serem financiados no âmbito do Procidades.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste contrato será de R\$ 1.053. No exercício de 2007, a Entidade recebeu R\$ 100, por conta desse Contrato.

f. No exercício de 2007 o Paranacidade, recebeu R\$ 1.686 a título de contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) – Apresentação e Divulgações, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 488, naquela mesma data; e Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo Ibracon, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 489, naquela mesma data. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às deliberações mencionadas, e permitir aos usuários a comparabilidade com o exercício corrente. A principal alteração resultante da aplicação dessas Deliberações foi a apresentação do grupo “Não circulante” no ativo e no passivo.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Os demais ativos circulante e a longo prazo, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização.

b. Ativo permanente – imobilizado

É apresentado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 5.

c. Passivo circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço. A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

d. Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

e. Imposto de renda e contribuição social

O Serviço Social Autônomo Paranaidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei n.º 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

f. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

A provisão de férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2007	2006
Banco do Brasil	FIF	Variáveis	Imediato	11.971	10.995
Banco Bradesco	FIF	Variáveis	Imediato		5.592
				<u>11.971</u>	<u>16.587</u>

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2007 o Paranacidade, recebeu R\$ 1.686 a título de contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida.

6. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2007	2006
Terrenos		210	210
Edificações	4	649	604
Microcomputadores e software	20	1.251	1.118
Moveis e utensílios	10	755	719
Veículos	20	1.572	786
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	88
Equipamentos, sistema de telefonia e telemática	20	1.097	1.058
Outras imobilizações	10	150	150
		<u>5.773</u>	<u>4.733</u>
(-) Depreciação acumulada		<u>(3.533)</u>	<u>(3.121)</u>
		<u>2.240</u>	<u>1.612</u>

7. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA. Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de unidade de Saúde, de forma a viabilizar a Implementação do Projeto do Centro de Saúde Básico de

Atendimento Integral à Mulher e a Criança.

Movimentação apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	Total
SESA / ISEP	13.000	961	(10.489)	(269)	3.203
	13.000	961	(10.489)	(269)	3.203

b) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 052/2006. Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre SESA/ISEP, a SEDU, o Paranacidade e a UEPG para fins de construção de HOSPITAL REGIONAL no município de Ponta Grossa.

Movimentação apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	Total
SESA / ISEP	5.000	73	(4.702)	(42)	329
	5.000	73	(4.702)	(42)	329

8. PROVISAO PARA CONTINGENCIAS

A provisão para contingências foi constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade, a qual é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com os respectivos processos. Os depósitos judiciais foram reclassificados de acordo com a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.066, de 21 de dezembro de 2005.

	2007	2006
Processos trabalhistas	102	102
Processos cíveis	36	36
	138	138
(-) Depósitos judiciais	(55)	(55)
	83	83

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo superávit apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da Entidade.

10. DESPESAS COM PESSOAL

<u>Descrição</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Salários e gratificações	5.364	4.661
Encargos sociais	2.498	2.143
Assistência médica e social	275	259
Outras despesas com pessoal	1.580	1.165
	<u>9.717</u>	<u>8.228</u>

11. DESPESAS GERAIS

<u>Descrição</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depreciações e amortizações	408	392
Acordos e convênios	1068	54
Aluguéis	246	191
Material de consumo	257	188
Viagens e representações	196	123
Combustível	171	128
Outras	103	89
	<u>2.449</u>	<u>1.165</u>

12. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

<u>Descrição</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Telefone e fax	182	195
Serviços de informática	161	176
Propaganda e publicidade	78	194
Higiene e limpeza	214	171
Feiras e eventos	137	68
Correios	35	34
Manutenção e reparos	125	85
Refeições	6	8
Consultorias	51	252
Auditoria	25	44
Elaboração de projetos	133	83
Outras Despesas	169	129
	<u>1.316</u>	<u>1.439</u>

13. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma Entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSSL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A Administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais, e por este motivo, por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

14. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente.

O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	88	88
Aplicações financeiras	11.971	11.971
	12.059	12.059

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2007, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. CPMF

Como resultado da rejeição da proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) pelo Senado Federal, a partir de 1º de janeiro de 2008 não haverá mais a incidência deste tributo sobre movimentações financeiras.

Entretanto, com o objetivo de suprir a perda de arrecadação decorrente da extinção da CPMF, a partir de janeiro de 2008 as operações de crédito, câmbio e seguro passarão a pagar uma alíquota adicional média de 0,38 p.p. a título de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) mesma alíquota da extinta CPMF.

b. Alterações na Lei das S.A. (Lei nº. 6.404)

A administração iniciou estudo para avaliar os eventuais impactos nas demonstrações contábeis produzidos pela aprovação da Lei nº 11.638/07, que altera dispositivos previstos na Lei nº 6.404/76. Com base no status do respectivo estudo, ainda não é possível avaliar os impactos dos ajustes decorrentes nas demonstrações contábeis da entidade.

* * *

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
PARANACIDADE)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006,
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria, denominada Firmas Membro BDO, com presença em 111 países e 626 escritórios. Cada firma membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A BDO Trevisan é firma membro da rede BDO International desde 2004.

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do superávit

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações e recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e conselheiros
Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)
Curitiba-PR

- 1** Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2** Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o superávit de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e conselheiros
Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paracidade)
Curitiba-PR

- 4 O Fundo foi instituído com o objetivo específico de promover, incentivar e financiar projetos voltados ao desenvolvimento urbano, mediante concessão de financiamentos aos municípios do Estado do Paraná. Entretanto, a Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal) vedou a concessão de operações de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por intermédio de Fundos, Autarquias, Fundações ou Empresas Estatais independentes. Visando a manutenção das atividades operacionais do Fundo, o Governo do Estado do Paraná vem efetivando as operações de financiamento aos municípios através da Agência do Fomento do Paraná – AFPR, provendo os recursos àquela instituição mediante redução de seu patrimônio junto ao Fundo e capitalização desses recursos junto a respectiva. O impacto destas medidas refletiu na retirada acumulada de R\$ 567.000 mil até 31 de dezembro de 2007 (R\$ 517.000 mil em 2006) do FDU. Ademais, conforme nota explicativa 6, a Secretaria de Estado da Fazenda emitiu um Ofício esclarecendo que cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmados em 23 de outubro de 1996. Assim, considerando que não obtivemos documentação que detalhasse o teor do referido documento, e tampouco a resposta de circularização daquela Secretaria, confirmando o montante da dívida com o FDU, não é possível nesse momento estimar eventuais impactos nas demonstrações contábeis do FDU, decorrentes da não realização dos créditos a receber daquela Secretaria.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2008.

Marcello Palamartchuk
Sócio – contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

QUADRO 1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2007	2006	PASSIVO	2007	2006
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Aplicações financeiras - (nota 4)	224.412	254.955	Empréstimos e financiamentos (nota 7)	16.348	10.910
Empréstimos e subempréstimos concedidos - (nota 5)	29.411	34.631	Fornecedores	3.023	1.246
Recursos a receber da Secretaria da Fazenda - (nota 6)	6.000	6.000	Outras contas a pagar	73	52
Contas a receber	101	497			
Total do ativo circulante	259.924	296.073	Total do passivo circulante	19.444	12.208
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e subempréstimos concedidos - (nota 5)	63.227	87.208	Provisões para contingências	431	431
Recursos a receber da Secretaria da Fazenda - (nota 6)	4.298	4.298	Empréstimos e financiamentos - (nota 7)	155.678	208.585
	67.525	91.506		156.109	209.016
Total do ativo não circulante	67.525	91.506	Total do passivo não circulante	156.109	209.016
TOTAL DO ATIVO	327.449	387.579	PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (nota 8)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	2.397	52.397
			Superávits acumulados	83.679	55.963
			Reserva conforme Decreto 5927 de 23.12.05	65.920	57.995
			Total do patrimônio líquido	151.896	166.355
			TOTAL DO PASSIVO	327.449	387.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos milhares de reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Financiamentos concedidos	11.418	14.749
Rendimentos de aplicações financeiras	25.923	36.275
Varição cambial líquida	45.537	14.191
Outras receitas	455	2.139
	<u>83.334</u>	<u>67.354</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 9)	(36.473)	(22.582)
Administração - contrato de gestão	(2.223)	(5.181)
Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos	(7.897)	(8.189)
Serviços de terceiros	(658)	(1.351)
Despesas a fundo perdido	(526)	(5.301)
Outras despesas	(16)	(14)
	<u>(47.793)</u>	<u>(42.618)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>35.541</u>	<u>24.736</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS****FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006****(Valores expressos em milhares de reais)**

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits acumulados	Reserva Conforme decreto 5.927	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	262.397	89.222		351.619
Redução de capital por transferência à Agência de Fomento do Paraná S.A. (nota 8)	(210.000)			(210.000)
Constituição de reserva decreto nº 5.927 de 23.12.05		(57.995)	57.995	
Superávit do exercício		24.736		24.736
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	52.397	55.963	57.995	166.355
Redução de capital por transferência à Agência de Fomento do Paraná S.A.	(50.000)			(50.000)
Constituição de reserva - Decreto Estadual nº 5.927 de 23.12.05		(7.825)	7.825	
Superávit do exercício		35.541		35.541
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	2.397	83.679	65.820	151.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU****DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ORIGEM DOS RECURSOS		
Das operações:		
. Superávit do exercício	35.541	24.736
Despesas que não afetam o capital circulante líquido:		
. Variações monetárias, cambiais e juros de longo prazo	<u>(46.139)</u>	<u>(17.134)</u>
	<u>(10.598)</u>	<u>7.603</u>
De terceiros		
. Redução do ativo realizável a longo prazo	33.492	44.176
. Empréstimos e financiamentos obtidos		<u>72.463</u>
	<u>33.492</u>	<u>116.639</u>
Total das origens	<u>22.894</u>	<u>124.242</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
. Financiamentos concedidos	9.909	42.628
. Empréstimos e financiamentos liquidados	7.371	
. Redução de capital por transferência de recursos	<u>50.000</u>	<u>210.000</u>
Total das aplicações	<u>66.280</u>	<u>252.628</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(43.386)</u>	<u>(128.386)</u>
A VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO É ASSIM DEMONSTRADA		
Ativo circulante:		
No fim do exercício	259.924	296.073
No início do exercício	<u>296.073</u>	<u>417.453</u>
	<u>(36.149)</u>	<u>(121.380)</u>
Passivo circulante:		
No fim do exercício	19.444	12.208
No início do exercício	<u>12.207</u>	<u>5.202</u>
	<u>7.237</u>	<u>7.006</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(43.386)</u>	<u>(128.386)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, tem os seguintes principais objetivos:

- cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;
- executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus Municípios;
- constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
- atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos Estados e seus Municípios;
- contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
- incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

- publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;
- administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
- propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedada a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) – Apresentação e Divulgações, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 488, naquela mesma data; e Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo Ibracon, 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 489, naquela mesma data. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às deliberações mencionadas, e permitir aos usuários a comparabilidade com o exercício corrente. A principal alteração resultante da aplicação dessas Deliberações foi a apresentação do grupo “Não circulante” no ativo e no passivo.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativo Circulante e não circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data de balanço.

b. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

c. Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

d. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da entidade a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2007	2006
Banco do Brasil	CDB-PÓS	Variável	Set/10	53.220	47.673
Banco do Brasil	FIF	Variável	Liquidez imediata	39.523	77.231
Banco Bradesco	FIF	Variável	Liquidez imediata		11.916
CEF	FIF	Variável	Liquidez imediata	131.669	118.135
				224.412	254.955

5. EMPRESTIMOS E SUBEMPRESTIMOS CONCEDIDOS

<u>Programa</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
PPU	TR mais 8,85%	5.163	17.315
FDU	TR mais 8,85%	23.443	39.763
PPU II / SFM	TR + 8,85% e TJLP + 14,75%	<u>64.032</u>	<u>64.761</u>
Totais		92.638	121.839
Menos - parcela de curto prazo		<u>(29.411)</u>	<u>(34.631)</u>
Realizável a longo prazo		<u><u>63.227</u></u>	<u><u>87.208</u></u>

PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano.

FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

PPU II/SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Os encargos e as amortizações são recebidos mensalmente em prazos remanescentes de até 07 anos que variam de acordo com a época da liberação dos recursos e prazos definidos contratualmente.

Como forma de garantia do pagamento dos empréstimos e subempréstimos concedidos, os municípios delegam ao agente financeiro Banco Banestado S.A. (Banco Itaú S.A.), poderes para reter o repasse das importâncias que lhes couberem no Fundo de Participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Por essa razão, o fundo não apresenta inadimplência.

O saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2007 será recebido como segue:

2009	28.578
2010	17.744
2011 à 2014	<u>46.316</u>
Total	<u><u>92.638</u></u>

6. RECURSOS A RECEBER DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Segundo o Ofício No. 364/2006-GAB, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, ficou acordado em reunião realizada em 21 de novembro de 2006, entre os representantes daquela Secretaria e do Serviço Social Autônomo Paranaidade, que o Estado do Paraná cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmado em 23 de outubro de 1996, estando sob responsabilidade da Administração elaboração de documentação hábil para ratificação deste acordo.

7. EMPRÉSTIMOS (CURTO E LONGO PRAZOS)

Refere-se ao contrato de empréstimo nº 1.405/OC-BR, celebrado em 03 de julho de 2002 entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de até o montante de US\$ 100 milhões, para prover recursos ao Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

De acordo com a Lei Estadual nº 13.614, de 05 de junho de 2002, o total de juros, encargos e amortizações, decorrente deste empréstimo, ficará sob a responsabilidade do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, gerido através do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná S.A.

O FDU mantém registrado a totalidade dos valores de juros, encargos e liberações dos recursos oriundos deste contrato, em decorrência do processo em andamento para definição do retorno dos recursos da Agência de Fomento para o Fundo. Tal processo está sendo conduzido pela administração da entidade no sentido de adequar a legislação voltada à Agência de Fomento e ao FDU, para respaldar o retorno de recursos ao Fundo provenientes dos lucros das operações de crédito realizadas pela Agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – Paraná Urbano II, para composição de reservas para o pagamento do empréstimo em questão.

Sobre os recursos advindos deste empréstimo para o FDU incidem encargos anuais com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 4,16% ao ano. Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, tais recursos equivalentes a US\$ 95.122 mil (2006 – US\$ 100.000 mil), originaram variação cambial ativa, no exercício de 2007, no montante de R\$ 45.537 (2006 – R\$ 15.305), que se encontra refletida nas Demonstrações Contábeis.

O empréstimo é garantido por aval concedido pelo Tesouro Nacional. As parcelas de amortização de longo prazo tem vencimentos semestrais nos meses de janeiro e julho de cada ano, após seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, que ocorreu em agosto de 2006. A amortização teve início em julho de 2007 e a última parcela deste empréstimo dar-se-á em julho de 2027.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná: relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do superávit (déficit) apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, do Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2007, o valor de R\$ 567.000 (517.000 mil em 2006) de recursos do FDU foi transferido à referida Agência.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governo do Estado do Paraná, fica inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU, que em cada exercício financeiro, poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2007, foi destinados recursos, na forma estabelecida, referente ao resultado líquido do exercício, findo em 31/12/2006, no montante de R\$ 7.825 (fonte de recursos FDU/Renda Líquida).

9. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2007	2006
Rádio e Televisão Educativa do Paraná	Convênios nºs 001/2003/SEDU/PVC 001/2005/SEDU/PVC	295	2.270
Federação das associações dos municípios do Paraná	Convênio nº 001/2004/SEDU		611
Museu Oscar Niemeyer	Convênio nº 001/2004/SEDU/PVC		1.333
SEBRAE	Convênio nº 002/2003/SEDU		120
Cine Império	Convênio nº 003/2003/SEDU/PVC	73	1.747
Programa e Sistema Transporte Urbano	Conv.Coop.Técn. ATN/JF-7378/BR		757
Planos Divulgação obras PPU II	Convênios nº 029/2004/PU/SEDU e 011/2005/PU/SEDU/002/2005		2.052
Política Desenv.Regional	Convênio 002/2005		1.585
Programa de Valorização Cultural		324	4.052
Despesas com recursos da fonte Renda Líquida Decreto 5.927 de 23.12.2005		35.760	7.958
Outras		21	97
		36.473	22.582

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado
Aplicações financeiras	224.412	224.412
Empréstimos e financiamentos concedidos	92.638	92.638
	317.050	317.050

b. Risco cambial

A administração da Entidade optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swap*) para proteger seu passivo ou exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais. A exposição em 31.12.2007 ao fator de risco de mercado taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	2007 - USD	2006 - USD
Empréstimos e financiamentos	95.122	100.000
Exposição cambial líquida	95.122	100.000

c. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Aplicações financeiras

Os saldos em aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade administradora do Fundo tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2007, o Fundo não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Alterações na Lei das S.A. (Lei nº. 6.404)

A administração iniciou estudo para avaliar os eventuais impactos nas demonstrações contábeis produzidos pela aprovação da Lei nº 11.638/07, que altera dispositivos previstos na Lei nº 6.404/76. Com base no status do respectivo estudo, ainda não é possível avaliar os impactos dos ajustes decorrentes nas demonstrações contábeis da entidade.

* * *

IX - ANEXO

- **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DELIBERAÇÃO

Nº 002/08

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 108ª Reunião Ordinária realizada em 28 de abril de 2008.

RESOLVE

- I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente o exercício de 2007, bem como as “DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”, apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da BDO TREVISAN – Auditores Independentes;
- II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas;
- III. Aprovar a relação das licitações do período 07/03 a 25/04/2008.

Curitiba, 28 de abril de 2008.

Presidente do Conselho de Administração